MICHEL ROBERTO OLIVEIRA DE SOUZA

AUDIÊNCIA PÚBLICA NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO: a audiência pública jurisdicional na litigância repetitiva à luz do acesso à justiça

Tese de doutorado

Orientador: Prof. Associado Dr. Rodolfo de Camargo Mancuso

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
Departamento de Direito Processual Civil

São Paulo

2018

MICHEL ROBERTO OLIVEIRA DE SOUZA

AUDIÊNCIA PÚBLICA NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO: a audiência pública jurisdicional na litigância repetitiva à luz do acesso à justiça

Tese apresentada ao Departamento de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências no Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, sob orientação do Professor Associado Dr. Rodolfo de Camargo Mancuso.

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Souza, Michel Roberto Oliveira de.
S716a Audiência pública no judiciário brasileiro: a audiência pública jurisdicional na litigância repetitiva à luz do acesso à justiça / Michel Roberto Oliveira de Souza. - - São Paulo: USP / Faculdade de Direito, 2018.

[302] f.

Orientador: Prof. Dr. Rodolfo de Camargo Mancuso
Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, USP,
Programa de Pós-Graduação em Direito, 2018.

1. Processo Civil. 2. Código de Processo Civil. 3. Audiência pública. 4. Acesso à justiça. I. Mancuso, Rodolfo de Camargo. II. Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito. III. Título.

Souza, Michel Roberto Oliveira de. *Audiência pública no judiciário brasileiro: a audiência pública jurisdicional na litigância repetitiva à luz do acesso à justiça*. Tese apresentada ao Departamento de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências no Curso de Pós-graduação *Stricto Sensu*, sob orientação do Professor Associado Dr. Rodolfo de Camargo Mancuso.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Dedico este trabalho aos meus pais, Eva Aparecida e Paulo Roberto.

AGRADECIMENTOS

Apesar do fato de que escrever uma tese é uma tarefa solitária em diversos momentos, dialogando-se mais com textos do que com pessoas, todo o caminho percorrido na confecção dessa tese foi permeado de pessoas de extrema importância na minha vida. Se eu cresci ao elaborar essa tese, foi devido a essas pessoas extraordinárias com as quais eu tenho o prazer e a alegria de conviver.

Primeiramente agradeço ao meu orientador, professor Rodolfo de Camargo Mancuso, que me orienta desde o mestrado e é uma grande referência para mim e para toda a academia brasileira.

Agradeço imensamente aos professores Carlos Alberto de Salles e Paulo Eduardo Alves da Silva, que me ajudaram muito na qualificação da tese. Agradeço por todas as ideias trocadas, pelos trabalhos que acabei desenvolvendo com cada um e por todo o apoio que me deram desde o mestrado.

Na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, tive o prazer de participar das aulas de professores que admiro, que certamente colaboraram com todo meu aprendizado. Agradeço a todos nos nomes da professora Susana Henriques da Costa e dos professores Heitor Vitor Mendonça Sica e Diogo Coutinho, com os quais venho aprendendo muito desde que entrei nesta faculdade.

Devo agradecer também aos professores Elizabeth Balbachevsky e Adrián Albala, com os quais tive o prazer de ter aula na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Muita gratidão pelos comentários do projeto de pesquisa, que com certeza colaboraram em demasia com esta tese.

Agradeço a todos os membros do NEMESC, nos nomes de Maria Cecília Asperti, Bruno Megna, Ana Marcato, Marco Lorencini, Rafael Bertão, Erica Barbosa e a todos que fazem parte dessa atividade maravilhosa.

Meus agradecimentos também a todos da FGV Direito São Paulo, que tem sido uma das grandes referências de ensino nos últimos anos, nas pessoas de Daniela Gabbay, Eloísa Almeida, Karina Denari, Nikolay Henrique, Diogo Rais, Rafael Alves, Sidnei Amendoeira Jr. e tantas outras pessoas que conheci por causa dessa faculdade.

À *International University College of Turin (IUC)* e à *Università di Torino*, nas pessoas de Ugo Mattei, Guido Calabresi, Giuseppe Mastruzzo, Talha Syed, Petar Bojanic e Francesco Costamagna, por todo o aprendizado na curta e muito intensa estadia. *Grazie mille!*

À Escola Paulista de Direito, na pessoa da professora Fernanda Tartuce, meu muito obrigado pela oportunidade.

A todos da Rede de Pesquisas Empírica em Direito, nos nomes de Fernando Fontainha e José Roberto Xavier, competentes editores da Revista da REED, com os quais tenho o prazer de trabalhar.

Aos professores da Universidade Federal do Paraná, Sérgio Arenhart e Luiz Guilherme Marinoni, por todo o diálogo e ajuda com a bibliografia.

A todos aqueles que contribuíram com diálogo e revisão desta tese, Rafael Zanatta (obrigado, meu irmão!), Bruna Monteiro, Maria Cecília Asperti, Guilherme Kenzo, Amanda Guimarães, Ricardo Duarte, e em especial ao Pedro Salomon.

Agradeço aos meus grandes amigos, companheiros nessa aventura que é morar em São Paulo, Bruno do Val, Patrícia Mafra, Daniel Manfrin, Cauê Albuquerque, Priscila Costa, Carlos Eduardo, Antônio Carlos, Marta Shirai, Paula Mafra, a vida nessa cidade cinza certamente é mais colorida graças a vocês.

À CAPES, pela bolsa que foi fundamental para a finalização deste trabalho.

A todos os servidores da Universidade de São Paulo, que tanto me auxiliaram na pesquisa e em vários aspectos da tese e da vida acadêmica.

Aos meus irmãos Paulo Henrique e João Vitor, aos meus tios Adão, Maria Venina, Natalino de Jesus, Lara Rodrigues, Donizetti, minha avó Aparecida, à Nilza e a todos os meus familiares que me ajudaram de forma decisiva nessa caminhada.

Por fim, mas não menos especial, gostaria de deixar registrado meu eterno agradecimento aos meus pais, Eva Aparecida e Paulo Roberto de Souza. Vocês são a inspiração da minha vida. Sou eternamente grato a vocês. Aprendo com vocês cada dia mais ser uma pessoa melhor. Muito obrigado!!

“[...] *legal systems never are. They always become.*”
Ugo Mattei. Three Patterns of law: Taxonomy and the world's legal
systems. *The American Journal of Comparative Law*. Vol. 45, n. 1.
(Winter, 1997), pp. 5-44

RESUMO

SOUZA, Michel Roberto Oliveira de. *Audiência pública no judiciário brasileiro: a audiência pública jurisdicional na litigância repetitiva à luz do acesso à justiça*. Tese de doutorado. Faculdade de Direito. São Paulo: USP, 2018.

Este estudo é uma contribuição inserida no contexto da nova agenda brasileira de pesquisa sobre o acesso à justiça, cujo mérito consiste em lançar um olhar sistemático para a compreensão das audiências públicas jurisdicionais na litigância repetitiva, especificadamente aquelas ocorridas no Superior Tribunal de Justiça – no recurso especial repetitivo – e perante os Tribunais de Justiça estaduais e Tribunais Regionais Federais – no âmbito do incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR). Essa escolha se justifica pelo fato de que o problema de como garantir a participação no processo jurisdicional por meio da convocação de audiência pública, ainda não foi analisado pelos pesquisadores em direito nesses casos. Centra-se o estudo a partir de três eixos: (i) das novas dimensões do acesso à justiça e participação; (ii) do processo de adoção da audiência pública no judiciário brasileiro; e, (iii) da experiência com as audiências públicas no julgamento dos casos repetitivos, no contexto da nova agenda brasileira de pesquisa sobre o acesso à justiça. A dificuldade a ser superada por esta tese, portanto, pode ser colocada com as seguintes questões: (i) como foi adotada a audiência pública jurisdicional no direito brasileiro? (ii) como a audiência pública pode contribuir para solucionar o problema relacionado à participação de especialistas e dos destinatários na decisão final à luz do acesso à justiça? (iii) quais são os desafios relacionados à audiência pública jurisdicional em casos repetitivos que podem ser considerados numa nova agenda de pesquisa do acesso à justiça? Partiu-se da hipótese de que a audiência pública jurisdicional é um instrumento com potencial para garantir a igualdade na participação e na influência do órgão julgador, ampliando a escuta de partes interessadas ou afetadas, e de *experts* com conhecimento e experiência no tema tratado. Para a análise das experiências, optou-se por uma abordagem qualitativa, realizada por meio de um estudo de caso múltiplo com o objetivo de verificar como a prática da audiência pública se dá no contexto da litigância repetitiva. Os resultados dos estudos demonstram: (i) a importância dos estudos empíricos na análise das experiências com as audiências públicas no julgamento dos casos repetitivos, no contexto da nova agenda brasileira de pesquisa sobre o acesso à justiça; (ii) que apesar de audiência pública jurisdicional ser um instrumento com potencial para ampliar o horizonte quanto aos casos tratados, ao permitir a escuta de partes interessadas ou afetadas, e de *experts* com conhecimento e experiência no tema tratado, as experiências recentes ainda não alcançaram o seu potencial pleno de contribuição para o problema da participação; (iii) a análise da audiência pública no contexto da nova agenda de pesquisa deve considerar as desigualdades bem como as próprias peculiaridades do nosso país, do nosso Estado e do nosso sistema de justiça; e (iv) que há vários desafios a serem superados, com relação à institucionalização e aos procedimentos adotados.

Palavras-chave: Audiência pública jurisdicional; litigância repetitiva; acesso à justiça.

ABSTRACT

SOUZA, Michel Roberto Oliveira de. *Public hearing in the Brazilian judiciary: judicial public hearing in repetitive cases in the light of access to justice*. Faculty of Law. São Paulo: USP, 2018.

This study aims to contribute in the context of the new Brazilian research agenda on access to justice. The study's merit is to study in a systematic way the understanding of public hearings in repetitive litigation (or large-scale litigation), specifically those occurring in the Brazilian Superior Court of Justice (*Superior Tribunal de Justiça*) and in the State Courts of Justice and Federal Regional Courts - in deciding the incident resolution of repetitive demands (IRDR). This choice is justified by the fact that the problem of how to guarantee participation in the judicial process through a public hearing has not yet been analyzed by law scholars in these cases. The study is centered on three axes: (i) the new dimensions of access to justice and participation; (ii) the process of adopting the public hearing in the Brazilian judiciary; and (iii) the experience with public hearings in the judgment of repetitive cases, in the context of the new Brazilian research agenda on access to justice. The difficulty to be overcome by this thesis, therefore, can be posed with the following questions: (i) how was the judicial public hearing adopted in Brazilian law? (ii) how can the public hearing help to solve the problem related to the participation of experts and other participants in the final decision considering the access to justice? (iii) what are the challenges related to the jurisdictional public hearing in repetitive cases that can be considered in a new search agenda for access to justice? The research hypothesis was that the judicial public hearing is an instrument with the potential to guarantee equality in the participating and influencing the judicial body, broadening the participation of interested or affected parties, and of experts with knowledge and experience in the subject matter. For the analysis, a qualitative approach was chosen, carried out through a multiple case study with the aim to verify how the practice of judicial public hearing occurs in the context of repetitive litigation. The research results: (i) reinforce the importance of empirical legal studies in the analysis of experiences with public hearings in the judgment of repetitive cases, in the context of the new Brazilian research agenda on access to justice; (ii) considers that although a judicial public hearing is an instrument with the potential to broaden the horizons of the cases treated, allowing the hearing of interested or affected parties, and experts with knowledge and experience on the subject matter, recent experiences have not yet reached its full potential for contributing to the problem of participation; (iii) the analysis of the public hearing in the context of the new research agenda must consider inequalities as well as the Brazilian peculiarities, such as how the State and justice system are organized; and (iv) that there are several challenges to overcome with regard to institutionalization and the procedures adopted in judicial public hearings.

Keywords: Judicial public hearing; repetitive litigation; access to justice.

RÉSUMÉ

SOUZA, Michel Roberto Oliveira de. *Audience publique dans le système judiciaire brésilien: audience publique judiciaire dans les litiges répétitifs à la lumière de l'accès à la justice*. Faculté de droit. São Paulo: USP, 2018.

Cette étude est une contribution insérée dans le contexte du nouveau programme de recherche brésilien sur l'accès à la justice. Le mérite est d'étudier de façon systématique la compréhension des audiences publiques dans les litiges répétitifs (ou les litiges de grande envergure), notamment ceux qui se déroulent devant la Cour Supérieure de Justice (*Superior Tribunal de Justiça*) et devant les Cours de Justice et de Tribunaux Régionaux Fédéraux - en décidant du règlement des incidents des demandes répétitives (IRDR). Ce choix est justifié par le fait que le problème de la garantie de la participation à la procédure judiciaire à travers d'une audience publique n'a pas encore été analysé par les juristes dans ces cas spécifiques. L'étude est centrée sur trois axes: (i) les nouvelles dimensions de l'accès à la justice et à la participation; (ii) le processus d'adoption de l'audience publique dans le système judiciaire brésilien; et (iii) l'expérience des audiences publiques dans le jugement des litiges répétitifs, dans le contexte du nouveau programme de recherche brésilien sur l'accès à la justice. La difficulté à surmonter par cette étude peut donc être posée avec les questions suivantes: (i) comment l'audience publique judiciaire a-t-elle été adoptée en droit brésilien? (ii) comment l'audience publique peut-elle aider à résoudre le problème lié à la participation d'experts et d'autres participants à la décision finale concernant l'accès à la justice? (iii) quels sont les défis liés à l'audience publique juridictionnelle dans les affaires répétitives qui peuvent être considérées dans un nouveau programme de recherche pour l'accès à la justice? L'hypothèse de recherche était que l'audience publique judiciaire est un instrument pouvant garantir l'égalité dans la participation et l'influence de l'organe judiciaire, en élargissant la participation des parties intéressées ou affectées et des experts ayant des connaissances et de l'expérience en la matière. Pour l'analyse, une approche qualitative a été choisie, réalisée à travers une étude de cas multiples dans le but de vérifier comment se déroule la pratique de l'audience publique judiciaire dans le cadre de litiges répétitifs. Les résultats de la recherche: (i) renforcent l'importance des études juridiques empiriques dans l'analyse des expériences avec des audiences publiques dans le jugement des affaires répétitives, dans le contexte du nouveau programme de recherche brésilien sur l'accès à la justice; (ii) considère que même si une audience publique judiciaire est un instrument susceptible d'élargir les horizons des affaires traitées, permettant l'audition des parties intéressées ou affectées, et des experts ayant des connaissances et de l'expérience en la matière, les expériences récentes n'ont pas encore atteint son plein potentiel pour contribuer au problème de la participation; (iii) l'analyse de l'audition publique dans le contexte du nouveau programme de recherche doit tenir compte des inégalités ainsi que des particularités brésiliennes, telles que l'organisation de l'État et du système judiciaire; et (iv) qu'il y a plusieurs défis à surmonter en ce qui concerne l'institutionnalisation et les procédures adoptées lors des audiences publiques judiciaires.

Mots clés: Audience publique judiciaire; litiges répétitifs; accès à la justice

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	21
1 NOVAS DIMENSÕES DO ACESSO À JUSTIÇA E PARTICIPAÇÃO À LUZ DO MOMENTO METODOLÓGICO DA COMPLEXIDADE	29
1.1 O RESGATE DO ENFOQUE AO ACESSO À JUSTIÇA COMO POLO METODOLÓGICO.....	30
1.1.1 <i>O debate metodológico do acesso à justiça: premissas de um novo processo civil?.</i>	31
1.1.2 <i>Rumo a uma nova agenda de pesquisa do acesso à justiça no Brasil.....</i>	41
1.1.2.1 Releitura do debate brasileiro do acesso à justiça e da capacidade das partes...	41
1.1.2.2 Acesso à justiça e (des)igualdade: a capacidade das partes e a questão da participação dos desfavorecidos.....	49
1.2 MUDANÇA DO DESENHO INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO.....	53
1.2.1 <i>Reforma no judiciário: CNJ, súmula vinculante e requisito da repercussão geral no recurso extraordinário</i>	56
1.2.2 <i>Descrença no aprimoramento do sistema de processo coletivo.....</i>	61
1.2.3 <i>CPC/2015: Continuando a aposta no julgamento de casos repetitivos (tutela plurindividual).....</i>	65
1.3 ENTRE O SISTEMA DE GESTÃO DE LITIGÂNCIA REPETITIVA E A FORMAÇÃO DE PRECEDENTES	69
1.3.1 <i>Superior Tribunal de Justiça: entre litigância repetitiva e “precedentes qualificados”</i>	70
1.3.2 <i>O incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR)</i>	80
1.3.3 <i>Acesso à justiça e julgamentos dos casos repetitivos e na padronização decisória sob o viés da audiência pública</i>	86
1.3.4 <i>A importância do procedimento da audiência pública em casos repetitivos: o papel do Relator do caso e o Regimento Interno dos tribunais</i>	96
1.4 CONCLUSÕES PARCIAIS	97
2 A ADOÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO: PARTICIPAÇÃO, INSTRUÇÃO E PROCESSO.....	99
2.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A AUDIÊNCIA PÚBLICA EM PROCESSOS DECISÓRIOS: ENTRE INSTRUÇÃO, PARTICIPAÇÃO E LEGITIMIDADE	101

2.2 DIREITO COMPARADO: <i>AMICI CURIAE</i> E AUDIÊNCIA PÚBLICA NOS ESTADOS UNIDOS E NA ARGENTINA	106
2.2.1 <i>Da amizade para a litigância: o amicus curiae nos Estados Unidos</i>	108
2.2.2 <i>CSJN “ante los ojos del país”: crise de legitimidade e audiência pública no centro da pauta das reformas institucionais</i>	114
2.3 AUDIÊNCIA PÚBLICA E <i>AMICUS CURIAE</i> NO STF: DO CONTROLE CONCENTRADO AO CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE	119
2.3.1 <i>Amicus curiae ainda é enigmático no Brasil?</i>	121
2.3.2 <i>Amicus curiae no CPC/2015</i>	125
2.4 AUDIÊNCIA PÚBLICA JURISDICIONAL – TRIBUNAIS SUPERIORES, IRDR E AÇÕES CIVIS PÚBLICAS	127
2.4.1 <i>Audiência pública no STF: controle concentrado de constitucionalidade, repercussão geral e interesse público</i>	128
2.4.2 <i>Os estudos sobre a prática do STF com as audiências públicas</i>	132
2.4.3 <i>Audiência pública no CPC/2015 – RE e REsp. repetitivos, IRDR e alteração de tese jurídica</i>	145
2.4.4 <i>Audiência pública no TST: a ênfase à fundamentação da decisão</i>	148
2.4.5 <i>Audiência pública nas ações civis públicas</i>	152
2.5 CONCLUSÕES PARCIAIS	157
3 ESTUDO DE CASO MÚLTIPLO SOBRE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS JURISDICIONAIS NOS CASOS REPETITIVOS: EXPERIÊNCIAS NO STJ E NO IRDR	160
3.1 METODOLOGIA DO ESTUDO DE CASO MÚLTIPLO	161
3.1.1 <i>A dificuldade de se avaliar a participação em processos decisórios</i>	161
3.1.2 <i>O modelo analítico adotado neste trabalho</i>	164
3.2 AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	167
3.2.1 <i>Caso pontuação de crédito (sistema de scoring)</i>	169
3.2.1.1 Breve contextualização do caso	169
3.2.1.2 Estrutura da audiência	171
3.2.1.3 Participantes	173
3.2.1.4 Informações prestadas e interação entre os atores	175
3.2.1.5 Decisões decorrentes da audiência.....	176
3.2.2 <i>Caso atualização monetária do seguro DPVAT (REsp. rep. nº. 1.483.620/SC)</i>	178
3.2.2.1 Breve contextualização do caso	178
3.2.2.2 Estrutura da audiência	179
3.2.2.3 Participantes	179

3.2.2.4	Informações prestadas e interação entre os atores	181
3.2.2.5	Decisões decorrentes da audiência	184
3.2.3	<i>Caso capitalização de juros</i>	185
3.2.3.1	Breve contextualização do caso	185
3.2.3.2	Estrutura da audiência	186
3.2.3.3	Participantes.....	188
3.2.3.4	Informações prestadas e interação entre os atores	189
3.2.3.5	Decisões decorrentes da audiência	190
3.2.4	<i>Caso da Comissão de corretagem (REsp. rep. nº 1.551.951/SP)</i>	191
3.2.4.1	Breve contextualização do caso	191
3.2.4.2	Estrutura da audiência	194
3.2.4.3	Participantes.....	196
3.2.4.4	Informações prestadas e interação entre os atores	198
3.2.4.5	Decisões decorrentes da audiência	199
3.3	AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR)	204
3.3.1	<i>Caso do EPI, TRF da 4ª Região</i>	206
3.3.1.1	Breve contextualização do caso	206
3.3.1.2	Estrutura da audiência	208
3.3.1.3	Participantes.....	209
3.3.1.4	Informações prestadas e interação entre os atores	210
3.3.1.5	Decisões decorrentes da audiência	211
3.3.2	<i>Caso empréstimo consignado, TJ/MA</i>	212
3.3.2.1	Breve contextualização do caso	212
3.3.2.2	Estrutura da audiência	214
3.3.2.3	Participantes.....	215
3.3.2.4	Informações prestadas e interação entre os atores	217
3.3.2.5	Decisões decorrentes da audiência	218
3.4	CONCLUSÕES PARCIAIS: VISÃO GERAL DO ESTUDO DE CASO MÚLTIPLO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS EM CASOS REPETITIVOS NO STJ E NO IRDR.....	219
3.4.1	<i>Estrutura geral das audiências públicas estudadas</i>	221
3.4.2	<i>Participantes</i>	224
3.4.3	<i>Informações prestadas: questões jurídicas, econômicas, tecnológicas e sociais</i>	228
3.4.4	<i>Decisões decorrentes das audiências públicas</i>	230

4 REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS, FUNÇÕES E LIMITES DA AUDIÊNCIA PÚBLICA JURISDICIONAL NOS CASOS REPETITIVOS À LUZ DO ACESSO À JUSTIÇA	232
4.1 AUDIÊNCIA PÚBLICA JURISDICIONAL COMO EXPERIMENTALISMO INSTITUCIONAL NO JUDICIÁRIO	235
4.1.1 <i>Audiência pública jurisdicional como ato processual complexo</i>	235
4.1.2 <i>Um instrumento com múltiplas funções</i>	236
4.1.3 <i>Experimentalismo do Supremo Tribunal Federal: o protagonismo do relator do caso.</i>	238
4.1.4 <i>Audiência pública jurisdicional na litigância repetitiva como o experimentalismo de uma nova arena de convencimento dos magistrados</i>	239
4.2 OS DESAFIOS DO ACESSO À JUSTIÇA NO JULGAMENTO DOS CASOS REPETITIVOS SOB A ÓTICA DAS EXPERIÊNCIAS COM AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS JURISDICIONAIS	242
4.2.1 <i>Instituições, atores e as funções que eles desempenham na litigância repetitiva e na audiência pública jurisdicional</i>	243
4.2.2 <i>Desafios com relação aos custos financeiros envolvidos</i>	244
4.2.3 <i>Desafios com relação ao incremento da posição estratégica de quem não tem</i>	247
4.2.4 <i>Desafios da audiência pública como instrumento de pressão em favor dos desfavorecidos</i>	250
4.3 EM BUSCA DE UMA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA JURISDICIONAL QUE CONSIDERE O ACESSO À JUSTIÇA	251
4.3.1 <i>Necessidade de identificação dos interesses e dos possíveis atores envolvidos</i>	252
4.3.2 <i>Declarar os motivos e objetivos da convocação da audiência pública</i>	254
4.3.3 <i>Em busca do diálogo na audiência pública jurisdicional: a interação entre os atores.</i>	255
4.3.4 <i>Forma de aproveitamento das informações e debates ocorridos na audiência pública jurisdicional</i>	256
4.4 CONCLUSÕES PARCIAIS	259
CONCLUSÃO	261
REFERÊNCIAS	270
APÊNDICE – QUADRO-RESUMO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS ESTUDADAS	286

ABREVIATURAS

ABA	<i>American Bar Association</i>
ABBC	Associação Brasileira de Bancos
ABRACICLO	Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e similares
ABRAIN	Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias
ACP	Ação Civil Pública
ACV	Associação Cidade Verde
ADC	Ação declaratória de constitucionalidade
ADI	Ação direta de inconstitucionalidade
ADPF	Ação de descumprimento de preceito fundamental
ADR	<i>Alternative Dispute Resolution</i>
AMB	Associação dos Magistrados do Brasil
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
art.	artigo
Bacen	Banco Central do Brasil
CBIC	Câmara Brasileira da Indústria da Construção
CDC	Código de Defesa do Consumidor
CDL-Porto Alegre	Câmara de Dirigentes Lojistas de Porto Alegre
CEF	Caixa Econômica Federal
CELPAS	Centrais Elétricas do Pará S.A.
CF/1988	Constituição Federal de 1988
CIDH	Corte Interamericana de Direitos Humanos
CNF	Confederação Nacional das Instituições Financeiras
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNseg	Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização
COJEF	Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região
CONFECI	Conselho Federal de Corretores de Imóveis

CONTRAN	Conselho Nacional de Trânsito
Coord.	Coordenador
CPC/2015	Código de Processo Civil de 2015
CSJN	<i>Corte Suprema de Justicia de la Nación</i>
DENATRAM	Departamento Nacional de Trânsito
Des.	Desembargador
DOU	Diário Oficial da União
DPU	Defensoria Pública da União
DPVAT	Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre
EC	Emenda Constitucional
Ed.	Edição
EPI	Equipamento de Proteção Individual
EUA	Estados Unidos da América
Febraban	Federação Brasileira de Bancos
FENACI	Federação Nacional dos Corretores de Imóveis
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
GRISTEC	Associação brasileira de Empresas de Gerenciamento de Riscos e Tecnologia de Rastreamento e Monitoramento
GTIEI	Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre Educação Infantil
IBEDEC/MA	Instituto Brasileiro de Estudo e Defesa das Relações de Consumo
Idec	Instituto de Defesa do Consumidor
IDV	Instituto Para Desenvolvimento do Varejo
IGP	Índice Geral de Preços
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPT	Instituto de Pesquisas Tecnológicas
IRDR	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas
IRR	Incidente de Recursos Repetitivos
LINDB	Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro
Min.	Ministro

MPF	Ministério Público Federal
NUGEP	Núcleo de Gerenciamento de Precedentes
NURER	Núcleos de Recursos Repetitivos
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONGs	Organizações não governamentais
PDUI	Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado
PGFN	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PL	Projeto de Lei
pp.	páginas
PPP	Perfil Profissiográfico Previdenciário
PT	Partido dos Trabalhadores
RE	Recurso Extraordinário
Resp.	Recurso Especial
RISTF	Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal
RISTJ	Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça
RITJBA	Regimento Interno do Tribunal de Justiça da Bahia
RITJPR	Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Paraná
RITST	Regimento Interno do TST
RS	Rio Grande do Sul
RT	Editora Revista dos Tribunais
SATI	Taxa de assessoria técnico-imobiliária
SBDI-1	Subseção I Especializada em Dissídios Individuais
SBDP	Sociedade Brasileira de Direito Público
Senacon	Secretaria Nacional do Consumidor
SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados
Sinduscon/FPOLIS	Sindicato da Indústria da Construção Civil da Grande Florianópolis
Sinduscon/RN	Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Rio Grande do Norte
SL	Suspensão de Liminar
SS	Suspensão de Segurança
STA	Suspensão de Tutela Antecipada

STA-Agr	Agravo Regimental em Suspensão de Tutela Antecipada
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TJ/CE	Tribunal de Justiça do Ceará
TJ/MA	Tribunal de Justiça do Maranhão
TJ/MA	Tribunal de Justiça do Maranhão
TJ/MG	Tribunal de Justiça de Minas Gerais
TJs	Tribunais de Justiça
TRF	Tribunal Regional Federal
TRF3	Tribunal Regional Federal da 3ª Região
TRF4	Tribunal Regional Federal da 4ª Região
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TST	Tribunal Superior do Trabalho
TUSD	Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica
TUST	Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Processos distribuídos no STJ (1989-2017)	73
Gráfico 2 – Processos distribuídos, julgados e pendentes de julgamento no STJ (01/01/2008 a 31/12/2017)	74
Gráfico 3 – Participantes da Audiência Pública <i>Credit Scoring</i> (STJ)	174
Gráfico 4 – Perfil dos expositores da Audiência Pública <i>Credit Scoring</i> (STJ)	174
Gráfico 5 – Participantes da Audiência Pública – DPVAT (STJ)	180
Gráfico 6 – Perfil dos expositores da Audiência Pública – DPVAT (STJ)	181
Gráfico 7 – Participantes Audiência Pública – Capitalização de Juros (Corte Especial STJ)	188
Gráfico 8 – Perfil dos expositores da Audiência Pública – Capitalização de juros (Corte Especial STJ)	189
Gráfico 9 – Participantes da Audiência Pública – Comissão de Corretagem	196
Gráfico 10 – Perfil dos expositores da Audiência Pública – Comissão de Corretagem	197
Gráfico 11 – Participantes da Audiência Pública – EPI (TRF, da 4ª Região)	209
Gráfico 12 – Perfil dos expositores da Audiência Pública – EPI (TRF, da 4ª Região)	210
Gráfico 13 – Participantes da Audiência Pública – Crédito consignado (TJ/MA)	216
Gráfico 14 – Perfil dos expositores da Audiência Pública – Crédito consignado (TJ/MA)	217
Gráfico 15 – Participação nas Audiências Públicas do estudo de caso múltiplo no STJ	225
Gráfico 16 – Perfil dos expositores de Audiências Públicas do estudo de caso múltiplo no STJ	225
Gráfico 17 – Participação das entidades nas Audiências Públicas em IRDR estudadas	227
Gráfico 18 – Perfil dos expositores das audiências públicas em IRDR estudadas	228

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Tabela 1 – Recursos repetitivos (temas) – Dados coletados até 31/12/2017	75
Tabela 2 – 10 temas já julgados em Resp. repetitivos com mais processos	76
Tabela 3 – 10 temas aguardando julgamento em Resp. repetitivos com mais processos sobrestados	77
Tabela 4 – Audiências públicas jurisdicionais no STF	132
Tabela 5 – Descrição das unidades de análise do estudo de caso múltiplo	166
Tabela 6 – Audiências públicas jurisdicionais no STJ	167
Tabela 7 – Audiências públicas em IRDR nos TJs e TRFs	205
Tabela 8 – Recursos repetitivos (temas) (dados coletados até 31/12/2017) e audiências públicas no STJ	219
Tabela 9 – IRDR (dados coletados até 20/04/2018) e audiências públicas nos TJs e TRFs	220
Tabela 10 – Motivos e objetivos descritos na convocação das audiências públicas	221
Figura 1 – Desenho de estudo de caso múltiplo com múltiplas unidades de análise	165

INTRODUÇÃO

Este estudo é uma contribuição inserida no contexto da nova agenda brasileira de pesquisa sobre o acesso à justiça, cujo mérito consiste em lançar um olhar sistemático para a compreensão das audiências públicas jurisdicionais nos casos repetitivos, enquanto instrumentos a que se atribui múltiplas funções, desde a de instruir o processo, passando pela de fomentar a participação, de legitimar a decisão e de dar publicidade ao caso, até a de legitimar a própria Corte.

O estudo se justifica ante os novos desafios decorrentes do redimensionamento do direito processual de partes para um processo que se preocupa com questões que se repetem em diversos recursos, tal qual ocorre no Superior Tribunal de Justiça, art. 1.036 e seguintes, do Código de Processo Civil, de 2015 (CPC/2015), ou que se preocupa com a fixação de teses jurídicas para definir questões unicamente de direito, como ocorre no incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR), art. 976 e seguintes, do CPC/2015. Isso porque há preocupação quanto à legitimidade das decisões proferidas em tais procedimentos pela provável ausência de representação dos interesses envolvidos nas causas a serem julgadas, sugerindo-se até uma eventual “violação do direito constitucional de participar em contraditório”.¹

Ao determinar que tribunais seguirão as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) em controle concentrado de constitucionalidade, súmula vinculante, acórdãos em assunção de competência, incidente de resolução de demandas repetitivas, recursos extraordinários e recurso especiais repetitivos, enunciados de súmulas dos tribunais superiores, e orientação do plenário aos órgãos em que estiverem vinculados, o CPC/2015 adota um sistema de precedentes, juntamente com um sistema de julgamento de litigância repetitiva, com ênfase na resolução dos casos repetitivos, cujo elemento comum

¹ MARINONI, Luiz Guilherme. O “problema” do incidente de resolução de demandas repetitivas e dos recursos extraordinário e especial repetitivos. *Revista de Processo*. vol. 249. ano 40. pp. 399-419. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, nov. 2015. A preocupação também é externada em: MARINONI, Luiz Guilherme. *Precedentes obrigatórios*. 5a ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, pp. 321-336. MARINONI, Luiz Guilherme. *Incidente de resolução de demandas repetitivas: decisão da questão idêntica X precedentes*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, pp. 37-50. MENDES, Aluísio Gonçalves de Castro. *Incidente de resolução de demandas repetitivas: sistematização, análise e interpretação no novo instituto processual*. Rio de Janeiro: Forense, 2017, pp. 197-202. TEMER, Sofia. *Incidente de resolução de demandas repetitivas*. 2a ed. Salvador: Ed. JusPodivm, 2017.

é a existência de interesse público para que o conflito seja resolvido maior do que os interesses subjetivos envolvidos.

Nesse sentido, o processo civil se afasta do modelo clássico, marcado pela característica de um “processo de partes” e avança em direção ao modelo de objetivação do processo civil, para além dos interesses de partes, percebida nos julgamentos de casos repetitivos, na adoção de uma chamada padronização decisória, julgamento de teses, o que acaba por desaguar em um “processo sem partes”, “frio e neutro em relação aos direitos discutidos e, especialmente, ao direito de discutir”², por meio do qual se decidem teses, como se não houvesse interesses e pessoas por trás de tais teses.

Ao mesmo tempo em que o CPC/2015 traz esse modelo de julgamento concentrado de litigância repetitiva, também faculta a realização de audiências públicas para instrução de julgamento de recursos especiais e extraordinários repetitivos (art. 1.038, inc. II), do incidente de resolução de demandas repetitivas (art. 983, §1º) e nos casos de alteração de tese jurídica adotada em enunciado de súmula ou em julgamento de casos repetitivos (art. 927, §2º). Já o art. 928, do CPC/2015, determina que são considerados casos repetitivos os julgamentos em incidente de resolução de demandas repetitivas, assim como os julgamentos em recursos especial e extraordinário repetitivos. Entretanto, nesta tese optou-se por estudar as audiências públicas perante o Superior Tribunal de Justiça – no recurso especial repetitivo – e perante os Tribunais de Justiça estaduais e Tribunais Regionais Federais – no âmbito do IRDR. Essa escolha se justifica pelo fato de que o problema a ser enfrentado, o de como garantir a participação no processo jurisdicional por meio da convocação de audiência pública, ainda não foi analisado pelos pesquisadores em direito nesses casos.

Assim, os estudos partiram da hipótese de que a audiência pública jurisdicional é um instrumento com potencial para garantir a igualdade na participação e na influência do órgão julgador, ampliando a escuta de partes interessadas ou afetadas, e de *experts* com conhecimento e experiência no tema tratado.

No que diz respeito à audiência pública jurisdicional, podemos identificar duas visões distintas. A primeira traz um tom esperançoso, que identifica a possibilidade de se estabelecer uma jurisdição mais democrática e uma decisão mais bem informada e

² MARINONI, Luiz Guilherme. O “problema” do incidente de resolução de demandas repetitivas e dos recursos extraordinário e especial repetitivos. *Revista de Processo*. vol. 249. ano 40. p. 399-419. São Paulo: Ed. RT, nov. 2015, p. 410.

justificada. Essa visão acaba por não considerar fatores institucionais, a questão da representação, dos limites impostos pelo processo tradicional bipolar, entre outras questões.

A outra visão sobre as audiências públicas para julgamento no judiciário adota um tom mais cético, por distintas razões. Há aqueles que aderem a esse tom mais cético por compreenderem que o judiciário já tem condições de julgar as demandas que lhe são colocadas, não necessitando de uma maior legitimação democrática ou ainda alguma abertura cognitiva. Outros ainda argumentam que maiores informações sobre a demanda a ser julgada podem interferir na parcialidade do órgão julgador ou ainda propiciar um certo ativismo judicial, tendo em vista que por se tratar de uma decisão supostamente mais democrática, a decisão proferida após a realização de uma audiência pública poderia legitimar uma decisão que extrapolasse os poderes atribuídos ao judiciário. Essa visão mais cética ainda considera que há um certo protagonismo exacerbado dos magistrados que convocam as audiências públicas, tendo em vista que não há uma legislação processual que determine quais são os procedimentos a serem tomados pelo magistrado nesse caso.

Apesar do paradoxo, as duas visões podem estar corretas. Se, de um lado, a audiência pública é um instrumento poderoso para angariar informações diversas e ouvir variados atores, de outro, apesar de ser pública, a audiência ainda acontece dentro do próprio judiciário, com os limites e objetivos que lhe são peculiares, e, portanto, deve seguir as regras que disciplinam o processo jurisdicional. Assim, é necessário compreender qual a função, ou ainda as funções, que uma audiência pública pode desempenhar no processo civil brasileiro. A análise das experiências com as audiências públicas jurisdicionais em casos repetitivos permite verificar se essas audiências contribuem para solucionar o problema relacionado à participação de especialistas e dos destinatários da decisão final em casos repetitivos, bem como os problemas e os desafios atuais e futuros, os quais passariam a compor a nova agenda brasileira de pesquisa sobre o acesso à justiça.

Portanto, as dificuldades a serem superadas por esta tese, podem ser colocadas com as seguintes questões: (i) como foi adotada a audiência pública jurisdicional no direito brasileiro? (ii) como a audiência pública pode contribuir para solucionar o problema relacionado à participação de especialistas e dos destinatários na decisão final à luz do acesso à justiça? (iii) quais são os desafios relacionados à audiência pública jurisdicional que lida com a litigância repetitiva que podem ser considerados numa nova agenda de pesquisa do acesso à justiça?

Para análise dessas questões, optou-se por organizar os estudos a partir de três eixos: (i) das novas dimensões do acesso à justiça e participação; (ii) do processo de adoção da audiência pública no judiciário brasileiro; e, (iii) da experiência com as audiências públicas no julgamento dos casos repetitivos, no contexto da nova agenda brasileira de pesquisa sobre o acesso à justiça.

O primeiro capítulo deste trabalho analisa a questão das novas dimensões do acesso à justiça e participação, resgatando como esse movimento foi capitaneado nos idos dos anos 70, com o objetivo de fazer com que os direitos fossem efetivados. As barreiras para a efetivação dos direitos, com a análise das vantagens e desvantagens dos litigantes habituais e eventuais, conforme a tipologia proposta por Marc Galanter, são consideradas juntamente com novos elementos, tais como a crescente intervenção de novos atores por meio da figura do *amicus curiae*, conforme vem se verificando nos estudos sobre o tema realizados tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, e na própria realização de uma audiência pública jurisdicional.

Ao resgatar o tema dos obstáculos do acesso à justiça, são tratadas questões acerca da metodologia adotada pelo movimento do acesso à justiça e dos rumos de uma nova agenda de pesquisa sobre o tema no Brasil. É enfatizada a necessidade de uma releitura mais crítica do acesso à justiça e da capacidade das partes, levando-se em conta as desigualdades existentes no nosso país. Ainda no primeiro capítulo, são analisadas as recentes reformas constitucionais e infraconstitucionais, que têm como característica uma forte centralização da resolução dos conflitos nos tribunais superiores e adoção de mecanismos de gerenciamento de processos, além de apresentar as questões referentes ao julgamento de recursos especiais repetitivos no Superior Tribunal de Justiça e do incidente de resolução de demandas repetitivas.

O segundo capítulo tem a finalidade de discutir as questões referentes ao *amicus curiae* e à adoção da audiência pública no judiciário brasileiro. Utilizando-se de uma abordagem calcada no direito comparado, são trazidas duas experiências bem distintas sobre esses temas. A primeira relaciona-se principalmente à figura do *amicus curiae*, verificando como apareceu na experiência dos Estados Unidos da América e quais têm sido as mudanças desde então, numa prática enraizada, que conta com mais de cem anos. A outra análise recai sobre a experiência mais recente verificada na Argentina, que acabou adotando tanto a figura do *amicus curiae*, quanto a possibilidade de convocação de audiências públicas perante sua Suprema Corte de Justiça. Na sequência, analisa-se a experiência brasileira com a adoção de uma audiência pública jurisdicional, com enfoque

no Supremo Tribunal Federal. Realiza-se uma sistematização dos estudos relativos às audiências públicas jurisdicionais na experiência brasileira, com um maior enfoque nos estudos que analisam a prática dessas audiências no STF, que tem realizado audiências públicas há mais dez anos. Algumas outras experiências de audiência pública no judiciário brasileiro também são analisadas, sem o objetivo de esgotamento na análise desses casos.

A adoção da audiência pública jurisdicional no Brasil concentrou-se na experiência no âmbito do Supremo Tribunal Federal. Os estudos realizados sobre o tema elencam funções técnicas, como instruir o procedimento com mais informações, ouvir pessoas com experiência e conhecimento na matéria a ser julgada, e outras funções mais políticas, tais como propiciar uma participação no convencimento do órgão julgador, mapear os interesses envolvidos no caso, dar publicidade aos atos e formas de julgamento do tribunal, contribuir para rediscussão da matéria em caso de alteração de tese jurídica. Isso porque a audiência pública jurisdicional teria sido pensada com o objetivo de se aumentar a legitimidade das decisões, tanto por um viés técnico, possibilitando a abertura da Corte para um maior diálogo com especialistas no assunto a ser julgado, quanto por um viés político-participativo, por aumentar a participação de atores que representam diversos setores da sociedade.

Os estudos sobre a prática do STF com as audiências públicas levantam sérios questionamentos acerca da prática que tem sido adotada naquele tribunal. Exploram questões como a forma de convocação da audiência, seus diversos tipos de funcionamento, a possibilidade de questionamentos e diálogo durante a audiência, o perfil dos participantes,³ e, ainda, relativas à efetiva utilização na própria decisão judicial dos argumentos e demais posicionamentos expostos pelos participantes.⁴ Outros estudos analisam o modo de

³ LACOMBE, Margarida; LEGALE, Siddharta; JOHANN, Rodrigo F. As audiências públicas no Supremo Tribunal Federal nos modelos Gilmar Mendes e Luiz Fux: a legitimação técnica e o papel do cientista no laboratório de precedentes. In: José Ribas Vieira, Vanice Regina Lirio do Valle e Gabriel Lima Marques (Organizadores). *Democracia e suas instituições*. Rio de Janeiro: IMOS Editora, 2014.

⁴ Dentre esses trabalhos, destacamos: VESTENA, Carolina Alves. Audiências públicas: diagnóstico empírico sobre os limites da participação social. *Revista Brasileira de Estudos Constitucionais*, 24, pp. 973-1020. RAIS, Diogo. *A sociedade o Supremo Tribunal Federal: O caso das audiências públicas*. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2012. MARONA, Marjorie Corrêa; ROCHA, Marta Mendes da. Democratizar a jurisdição constitucional? O caso das audiências públicas no Supremo Tribunal Federal. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 25, n. 62, pp. 131-156, jun. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782017000200131&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 17 jan. 2018. <<http://dx.doi.org/10.1590/1678-987317256206>>. SOMBRA, Thiago Luís Santos. Supremo Tribunal Federal representativo? O impacto das audiências públicas na deliberação. *Rev. direito GV*, São Paulo, v. 13, n. 1, pp. 236-273, abr. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322017000100236&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 jan. 2018. FRAGALE FILHO, Roberto. Audiências públicas e seu impacto no processo

funcionamento da deliberação do STF em casos mais complexos,⁵ analisando questões que se referem ao modo pelo qual o colegiado toma uma determinada decisão, levando em consideração também como o Ministro que convocou a audiência, seja o relator do caso, seja o presidente da Corte, utiliza-se das informações colhidas naquele momento.

A partir disso, o terceiro capítulo adota uma abordagem empírica qualitativa, que permite uma comparação com base em critérios propostos e definidos. Para tanto, optou-se por um estudo de caso múltiplo com o objetivo de verificar como a prática da audiência pública se dá no contexto da litigância repetitiva. Assim, adotou-se um modelo de análise, especialmente adaptado, composto por quatro unidades distintas, que verifica: (i) qual a estrutura das audiências; (ii) quem participa (expositores, julgadores, partes e *amici curiae*); (iii) quais informações são prestadas e como se dá a interação entre os atores participantes; e (iv) quais foram as decisões decorrentes da audiência. Com base no modelo de análise, são analisados os casos judiciais em que foram convocadas audiências públicas jurisdicionais no âmbito do Superior Tribunal de Justiça nos recursos especiais repetitivos e nos Tribunais de Justiça estaduais e Tribunais Regionais Federais, no âmbito do julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas.

No quarto capítulo, é feita uma análise de como o judiciário tem se utilizado desse instrumento para tratar da litigância repetitiva, com base nos achados dos casos estudados no terceiro capítulo. É nesta parte do trabalho que serão respondidas as perguntas realizadas, principalmente a de como a audiência pública, em tese, pode contribuir para solucionar os problemas referentes à participação dos destinatários na decisão final no contexto da litigância repetitiva, analisando-se o potencial de a audiência pública aumentar o diálogo referente a questões técnicas e possibilitando a participação de

decisório: A ADPF 54 como estudo de caso. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, 6, nov. 2015. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/19230>>. Acesso em: 19 Dez. 2015. GODOY, Miguel Gualano. As audiências públicas e os *amici curiae* influenciam as decisões dos ministros do supremo tribunal federal? E por que isso deve(ria) importar? *Revista da Faculdade de Direito – UFPR*, Curitiba, vol. 60, n. 3, set./dez. 2015, pp. 137-159. GUIMARÃES, Livia Gil. *Audiências públicas no Supremo Tribunal Federal: discurso, prática e lobby*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017. LEAL, Fernando; HERDY, Rachel; MASSADAS, Júlia. Uma década de audiências públicas no Supremo Tribunal Federal (2007-2017). *Revista de Investigações Constitucionais*, Curitiba, vol. 5, n. 1, p. 331-372, jan./abr. 2018. DOI: <10.5380/rinc.v5i1.56328>.

⁵ MENDES, Conrado Hübner. *Constitutional Courts and Deliberative Democracy*. 1. ed. Oxford: Oxford University Press, 2013. AFONSO DA SILVA, Virgílio. "Um voto qualquer"? O papel do ministro relator na deliberação no Supremo Tribunal Federal. *Revista Estudos Institucionais*, [S.l.], v. 1, n. 1, pp. 180-200, jan. 2016. Disponível em: <<https://estudosinstitucionais.com/REI/article/view/21>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

diferentes setores da sociedade civil, e verificando de fato quais os interesses e quais as posições dos diversos atores que lidam com a questão a ser julgada.

Por fim, são analisados os desafios no julgamento dos casos repetitivos sob a ótica das experiências com as audiências públicas jurisdicionais a luz do acesso à justiça. Saber em quais casos, ou ainda em que momentos uma audiência pública é recomendada, mas mais especificadamente quando ela é necessária. Ou seja, pensar em acesso à justiça para quem. Além disso, para tratar da questão acerca do procedimento a ser adotado nas audiências públicas de acordo com as finalidades desejadas, são feitas reflexões acerca da necessidade ou não de se institucionalizar o procedimento da audiência pública jurisdicional em casos repetitivos e o que isso pode significar para o processo civil brasileiro quanto aos desafios do acesso à justiça.

Os resultados dos estudos demonstram: (i) a importância dos estudos empíricos na análise das experiências com as audiências públicas no julgamento dos casos repetitivos, no contexto da nova agenda brasileira de pesquisa sobre o acesso à justiça; (ii) que a audiência pública jurisdicional é um instrumento com potencial para ampliar a escuta de partes interessadas ou afetadas, e de *experts* com conhecimento e experiência no tema tratado nesses casos repetitivos; (iii) a análise da audiência pública no contexto da nova agenda de pesquisa deve considerar as desigualdades bem como as próprias peculiaridades do nosso país, do nosso Estado e do nosso sistema de justiça; (iv) as experiências ainda não alcançaram o seu potencial pleno de contribuição para o problema da participação; e (v) que há vários desafios a serem superados, com relação à institucionalização e aos procedimentos adotados. Levando-se em consideração a perspectiva do acesso à justiça, os desafios quanto ao tema podem ser verificados em quatro eixos distintos: a questão dos atores envolvidos; dos custos financeiros; da desigualdade dos participantes; e da utilização da audiência pública como instrumento de pressão. Esses desafios estão inter-relacionados, não se podendo olhar para cada um separadamente e de uma forma estanque.

Em razão da regulamentação sucinta nas leis processuais brasileiras, a audiência pública jurisdicional vem sendo feita de acordo com o arranjo institucional adotado pela própria instituição. Assim, é a prática e o regimento interno dos tribunais têm definido parâmetros para a forma de convocação de audiências públicas, os critérios para seleção dos participantes, o seu modo de realização e, ainda, definindo a questão do ônus argumentativo que deve ser levado em consideração como resposta às informações e argumentos levantados na audiência pública, o que amplia o experimentalismo para os

campos além dos limites desejáveis para fins de segurança jurídica e efetividade ao acesso à justiça. Com relação ao procedimento, é necessária (i) a explicitação das razões para se convocar uma audiência pública, afastando-se uma possível discricionariedade; (ii) clareza com relação papel e a função de cada ator na audiência pública (expositores, julgadores, partes e *amici curiae*); (iii) o estabelecimento de regras claras para participação, de modo a incentivar a participação daqueles atores que representam interesses dos grupos que não estão articulados.

Apesar de ser um instrumento potente que pode trazer ganhos significativos para uma decisão por ampliar a escuta de atores de vários setores da sociedade, os quais apresentam distintas perspectivas sobre o tema, a análise dos casos nos faz ver que há vários riscos na adoção desse tipo de procedimento para o processo jurisdicional. Riscos estes que estão intimamente ligados com a questão do acesso à justiça nos casos de litigância repetitiva e giram em torno da falta de transparência na realização desse ato e da ausência de efetivo diálogo. A materialização desses riscos pode desaguar em narrativas que não condizem com a realidade dos fatos, ou, ainda, que condizem somente com a realidade dos fatos de quem tem mais condições de contar essa narrativa. Se o grande litigante tem condições de se articular de maneira eficiente, é necessário pensar em como incentivar para que essa articulação também seja realizada em favor do litigante eventual, pensando-se em questões relacionadas aos custos para participação e outros possíveis incentivos.

CONCLUSÃO

Os resultados dos estudos realizados nesta tese permitem chegar a várias conclusões. Embora não caiba aqui elencar pontualmente todas elas, vale a pena retomar o trajeto da pesquisa e concluir sobre os significados tanto da abordagem proposta, utilizando-se de um estudo com vários métodos de pesquisa, por meio de revisão bibliográfica, de direito comparado e de estudo de caso múltiplo, quanto dos próprios achados da pesquisa. Para melhor compreensão do alcance dos estudos, considere-se que as experiências analisadas de audiências públicas jurisdicionais ficaram restritas aos casos repetitivos consistentes no julgamento dos recursos especiais repetitivos e no do incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR), com a exclusão do recurso extraordinário repetitivo.

A primeira conclusão a que se chega é a de que os estudos empíricos são essenciais nessa nova agenda brasileira de pesquisa sobre o acesso à justiça, em especial sobre as audiências públicas jurisdicionais. No que diz respeito à agenda de pesquisa sobre o acesso à justiça, se, num primeiro momento, em uma perspectiva comparada, era adequado pensar na metáfora das três ondas, atualmente é necessário ver que essa temática deve ser atualizada de modo que se consiga dar conta de uma agenda de pesquisa mais contemporânea, levando-se em consideração as próprias peculiaridades do nosso país, do nosso Estado e do nosso sistema de justiça.

A grande contribuição dos estudos relacionados ao movimento do acesso à justiça é fornecer uma chave metodológica para compreender o acesso à justiça no Brasil, que passa necessariamente pela análise das desigualdades iniciais entre as pessoas na própria sociedade brasileira. Somente por partir-se do pressuposto que essa desigualdade existe, verificamos que o processo não é uma luta de iguais. E isso é facilmente percebido quando se depara com o tema da litigância repetitiva, pois nesse tipo de litigância há um lado que tem maiores condições de suportar o processo, que apresenta maior organização para defesa de seus interesses, que tem maiores condições de se especializar e contratar experts em várias matérias, que pode ter atitudes mais estratégicas com relação às demandas judiciais, entre outras vantagens. Só depois dessa constatação é que se pode analisar como as instituições operam e como estão colocadas as regras do jogo. Agora,

como superar as vantagens desse grande litigante, se isso é possível, ainda é uma questão em aberto.

A consequente necessidade de se repensar a agenda de pesquisa, conforme vem ganhando força ultimamente, faz com que surjam abordagens diferentes com relação ao tema, até mesmo do processualista, que tem se apropriado de novos instrumentos de análise. Parece haver um imperativo de se realizar pesquisas empíricas sobre o sistema de justiça na atualidade, pesquisas que não visem única e exclusivamente a reforma do sistema processual, numa lógica eficientista dos próprios fins da própria pesquisa, mas que visem também expor inconsistências, incoerências, efeitos nocivos, riscos, discursos descolados da prática, além de dar outros olhares e outras explicações sobre os fenômenos estudados. Esta é uma agenda que pretende olhar o acesso à justiça, ou mais especificadamente a falta do acesso à justiça, com outras lentes, longe de seguir uma cartilha pré-determinada de reformas. É o momento de um olhar ao mesmo tempo mais crítico e mais consciente dos limites do processo, do poder judiciário, das instituições e das reformas legislativas.

No caso brasileiro, conforme visto no primeiro capítulo, as recentes reformas constitucionais e infraconstitucionais, principalmente entre 2004-2015, criaram um modelo de resolução de demandas repetitivas, sem atacar problemas maiores do redesenho da tutela coletiva e da legitimidade das partes para proposição dessas ações. A questão da possibilidade de participação, que parecia ser uma das tônicas dos projetos de reforma do modelo brasileiro de processo coletivo, ficou em segundo plano nesse novo modelo de litigância. O objetivo do legislador pareceu privilegiar a concentração decisória nos tribunais superiores junto com um gerenciamento de processos, possibilitando, inclusive a paralização das demandas no país inteiro para que se aguardem as decisões dos tribunais superiores. É nesse contexto que devem ser levadas a cabo as novas perspectivas quanto ao acesso à justiça, contexto em que esta tese se insere. Mesmo com um sistema processual que privilegia mais o gerenciamento de demandas individuais, o Código de Processo Civil de 2015 alargou a possibilidade de ouvir outras pessoas nos chamados casos repetitivos. Assim, surge a questão da audiência pública jurisdicional, que pode ser convocada em casos repetitivos.

A possibilidade de convocação de audiências públicas jurisdicionais teve como marco legal inicial as leis que trataram das ações do controle de constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal, em 1999. Apesar de ter o poder de convocar essas audiências, o STF somente veio a utilizar-se desse instrumento uma década depois da

promulgação dessas leis. Desde então, vem convocando audiências públicas para tratar de casos diversos, contando atualmente com uma experiência de apenas uma década na realização de audiências públicas. Ao analisar como isso vem sendo compreendido pelos pesquisadores em direito, verificou-se que há uma divergência na literatura jurídica com relação à audiência pública no STF.

Se, de um lado, há quem sustente que é possível se obter ganhos de legitimidade com a criação desse tipo de espaço institucional onde é possível influenciar os magistrados; de outro, há quem sustente que esses ganhos de legitimidade são mínimos, havendo mais riscos do que ganhos. Os estudos empíricos sobre o tema no STF revelam vários problemas com relação à institucionalização e aos procedimentos adotados, questionando-se qual a real função que tal audiência exerce perante a Corte Suprema brasileira, se seria legitimar a decisão, ou ainda legitimar a própria corte com um discurso pretensamente democrático. Esses estudos empíricos, especialmente os realizados nos últimos três anos, parecem contrastar com a aposta feita pelo CPC/2015 em conseguir “ganhos de legitimidade” ao Judiciário ao permitir audiências públicas nos recursos repetitivos e no incidente de resolução de demandas repetitivas, por exemplo. Assim, quando se traz a audiência pública jurisdicional para as demais cortes brasileiras como instrumento disponível em casos repetitivos, é necessário repensar a questão da participação no processo e por meio do processo.

Em razão da regulamentação sucinta acerca da audiência pública jurisdicional nas leis processuais brasileiras, verifica-se que a prática de cada instituição vem sendo feita de acordo com o arranjo institucional que a própria instituição adota. A prática e o regimento interno dos tribunais, desse modo, têm definido parâmetros para a forma de convocação de audiências públicas, os critérios para seleção dos participantes, o seu modo de realização e, ainda, definindo a questão do ônus argumentativo que deve ser levada em consideração como resposta às informações e argumentos levantados na audiência pública.

Inaugura-se uma nova perspectiva de análise por meio do estudo comparado ao se verificar como vem sendo modificada a figura do *amicus curiae* nos Estados Unidos, que conta com uma experiência enraizada numa prática de mais de cem anos, em contraposição a uma experiência mais recente e experimental, tal como ocorre na Suprema Corte da Argentina, que adotou não há muito tempo a abertura para o *amicus* junto com a possibilidade de convocar audiências públicas. Apesar das enormes

diferenças existentes entre os dois países e os dois sistemas, ao verificar essas duas experiências e compreender alguns elementos e algumas concepções que estão em torno da adoção da figura do *amicus curiae* e da audiência pública, uma das constatações que podemos fazer é com relação à nossa própria contingência histórica com relação a esse tipo de abertura procedimental. Assim como acontece na Argentina, o modelo brasileiro de ampliação da escuta seja de partes interessadas ou afetadas tem pouco tempo de experiência. Se a questão do tempo e de um certo experimentalismo são cruciais, devemos ter em mente que esse é apenas um momento inicial da prática brasileira com relação às audiências públicas jurisdicionais e com a atuação do amigo da corte.

Num sentido geral, constatou-se que a audiência pública jurisdicional é um instrumento com potencial para garantir a igualdade na participação e na influência do órgão julgador, ampliando a escuta de partes interessadas seja de partes afetadas, e de *experts* com conhecimento e experiência no tema tratado. Nesse sentido, elas podem contribuir para solucionar o problema relacionado à participação de especialistas e dos destinatários da decisão final em casos repetitivos, porque, de fato, ampliam a escuta desses atores. Mas, a análise dessas experiências demonstra, também, que: (i) as audiências públicas nos casos repetitivos ainda não alcançaram o seu potencial pleno de contribuição para o problema da participação; e, (ii) há vários desafios a serem superados, alguns deles encontrados na experiência do Supremo Tribunal Federal; outros, novos.

Nesse sentido, assim como verificado nos estudos empíricos sobre o tema no STF, também foram constatados vários problemas com relação à institucionalização e aos procedimentos adotados, e, a exemplo do questionamento levantado sobre a real função que audiência exerce perante a Corte Suprema brasileira, também pode ser levantado o mesmo questionamento em relação às audiências públicas nos casos repetitivos, porque nem sempre cumpre a função de legitimar a decisão, mas a de legitimar a própria corte.

Veja-se que, por exemplo, o STF vem dando indícios de que é necessário estabelecer de forma institucional qual o papel a ser exercido pelo *amicus curiae* ou ainda quais seriam os limites dessa atuação, conforme ressaltado nessa tese. Isso indica que os próprios Ministros estão chegando a um diagnóstico de que é necessário debater sobre a prática relacionada à figura do *amicus* naquele tribunal de modo a deixar mais claro qual seria a sua atuação. Entretanto, esse momento de fazer um balanço crítico sobre a figura do *amicus curiae*, embora próximo, ainda não chegou naquela Corte. O mesmo ocorre em relação à audiência pública jurisdicional. Apesar da recente audiência convocada por dois Ministros, para discutir o caso do *Whatsapp* e o do Marco Civil da internet, com a

possibilidade de abertura de um “espaço dialogal” para discussão entre os atores envolvidos, parece não haver um movimento ou indicativo de que o Supremo esteja no momento de fazer um balanço crítico sobre sua própria prática com relação a esse instrumento, que tem sido marcado pelo protagonismo de cada relator.

Assim como a intervenção do *amicus curiae*, a audiência pública necessita de regras claras para que exista transparência na sua convocação, na admissão dos participantes, na realização dos trabalhos e na análise dos debates e considerações no momento de deliberação do tribunal. Do mesmo modo que é importante ter claro quais são os interesses defendidos pelos *amici curiae*, também é necessário saber quais são os interesses defendidos pelos participantes das audiências públicas. Nesse sentido, a postura que parece ser mais interessante é a de primeiro garantir a transparência com relação ao procedimento adotado e aos atores escolhidos, para que, na sequência, possa-se garantir a igualdade na participação, privilegiando-se a defesa dos interesses daqueles que não tem. Se, por exemplo, o Código de Defesa do Consumidor estabelece como direitos básicos do consumidor “o acesso aos órgãos judiciários e administrativos com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção Jurídica, administrativa e técnica aos necessitados” e a “facilitação da defesa de seus direitos” (art. 6º, inc. VII e VIII), como efetivar esses direitos na perspectiva de uma audiência pública jurisdicional?

O estudo de caso múltiplo serviu para se verificar como fica a questão das audiências públicas em casos repetitivos, decididos em sede de recursos especiais repetitivos e incidente de resolução de demandas repetitivas, com enfoque no acesso à justiça segundo a nova agenda de pesquisa proposta e adotada no primeiro capítulo desta tese. Por meio de estudo qualitativo, tentou-se dar uma visão mais sistemática acerca de quais atores e quais funções desempenham numa audiência pública.

Isso nos leva a pensar nos desafios da participação sob a ótica da audiência pública jurisdicional em casos repetitivos. Fica claro no estudo de caso múltiplo que no ambiente da audiência pública jurisdicional em casos repetitivos há uma reprodução da própria lógica da litigância de massa, em que o grande litigante acaba tendo mais vantagens do que o litigante ocasional.

Se o grande litigante tem condições de contratar *experts*, renomadas bancas de advocacia, realizar um agir estratégico ao se associar com outros grandes litigantes, entre outras possíveis vantagens, isso se passa também na audiência pública.

Apesar desse fato, um dos achados da pesquisa é com relação à identificação das audiências em casos repetitivos como um possível fator de ganho de legitimidade da decisão, em virtude da oitiva de setores da sociedade que geralmente não são ouvidos. Assim, os próprios atores que representam aqueles que não são ouvidos têm a expectativa de que esse tipo de participação possa diminuir as desigualdades referentes às capacidades das partes, permitindo dar voz e mostrar os rostos daqueles que estão envolvidos nesses litígios de massa.

É nesse momento que surgem questões fundamentais que estão ligadas ao próprio acesso à justiça. Se não é possível ouvir todos os *experts* na matéria, muito menos ouvir todas as partes que têm seus recursos ou ações sobrestadas, é necessário estabelecer de forma clara quem pode e quem deve ser ouvido. Assim, como pensar nos incentivos possíveis para que novos atores defendam os interesses “dos que não têm”? Se há uma centralização decisória, com a paralização dos casos no país inteiro, o requerimento de realização de uma audiência pública jurisdicional para chamar a atenção do tribunal acerca de questões que importam para a resolução da controvérsia levada ao judiciário, pode ser considerado como instrumento de pressão ou válvula de escape.

Nesse sentido, uma constatação foi muito importante nesta pesquisa e diz respeito à publicidade de um momento pré-deliberativo, ou seja, antes do julgamento. Numa analogia com o Supremo Tribunal Federal, os demais magistrados brasileiros geralmente não estão na TV Justiça e nos noticiários diariamente. Então, a audiência pública jurisdicional acaba sendo um momento em que os holofotes são direcionados a esses magistrados, colocando-se ao grande público o modo como eles lidam com as questões postas. Por isso a expressão utilizada pela Corte Argentina é tão significativa, pois quando convoca uma audiência pública jurisdicional para discutir determinado caso, coloca esse caso para ser resolvido “ante os olhos da Nação”. Isso também acontece com as audiências públicas jurisdicionais em casos repetitivos, conforme verificado nos casos estudados nesta tese, tendo em vista que a realização de uma audiência pública jurisdicional chama a atenção da comunidade jurídica, e da comunidade que têm conhecimento e lidam com a matéria no dia a dia.

Esperava-se que a audiência pública jurisdicional em casos repetitivos pudesse ser uma solução para o problema de um “processo sem partes”, “frio e neutro em relação aos direitos discutidos e, especialmente, ao direito de discutir”, por meio do qual se decidem teses, como se não houvesse interesses e pessoas por trás de tais teses. Possibilidade de dar voz a quem não tem, trazer “rostos” para o procedimento.

Apesar de não ter pretensões de generalização, até mesmo por adotar uma abordagem qualitativa, o estudo de caso múltiplo revela que há mais desafios do que se imaginava anteriormente com relação à audiência pública jurisdicional em casos repetitivos. Desafios estes que concentramos em quatro eixos distintos, levando-se em consideração a perspectiva do acesso à justiça: a questão dos atores envolvidos; dos custos; da desigualdade dos participantes; e da utilização da audiência pública como instrumento de pressão. Esses desafios estão inter-relacionados, não se podendo olhar para cada um separadamente e de uma forma estanque.

Assim, nos casos de litigância repetitiva, a audiência pública pode ser vista como um novo fórum para o convencimento de magistrados, com novos e velhos atores. Pode ser considerada uma nova arena de luta de histórias, versões, argumentações. Com relação aos motivos para convocação, é necessário que estejam claros e definidos no momento em que se convoca a audiência pública, de modo que as razões para se convocar afastem uma possível discricionariedade. Com relação a quem participa, os estudos demonstram que é necessário ter claro qual o papel e a função de cada ator na audiência pública (expositores, julgadores, partes e *amici curiae*). É necessário que se estabeleçam regras claras para participação, de modo a incentivar a participação daqueles atores que representam interesses dos grupos que não estão articulados. Se o grande litigante tem condições de se articular de maneira eficiente, é necessário pensar em como incentivar que essa articulação também seja realizada em favor do litigante eventual, pensando-se em questões relacionadas aos custos para participação e outros possíveis incentivos.

Ao ter uma experiência de mais tempo com o julgamento de recursos especiais repetitivos, consolidando o julgamento desses casos como precedentes qualificados, o próprio Superior Tribunal de Justiça determinou que a decisão de afetação dos casos para o julgamento nesse modelo deve ser realizada pelo órgão colegiado. Talvez esse seja um dos caminhos possíveis para a audiência pública: que a admissibilidade da audiência passe por uma deliberação colegiada. Mesmo que isso retire um pouco da força e do experimentalismo do relator, o fato de se deliberar em colegiado acerca da realização desse tipo de audiência, considerando as questões tratadas nesse trabalho, poderia resolver várias questões ligadas à própria estrutura da audiência pública e às decisões dela decorrentes. Assim, com relação à interação entre os atores participantes, pode deixar de ser uma audiência expositiva, marcadas pela sucessão de monólogos, como se fosse uma sucessão de palestras, para migrar para uma estrutura mais participativa, mesmo que seja

um modelo de um monólogo seguido de debate, de modo a extrair ao máximo a experiência e o conhecimento dos envolvidos na audiência pública.

Ainda, é importante notar que a ampla publicidade desse tipo de ato processual permite que fiquem registrados os argumentos utilizados, as discussões travadas, ou mesmo os monólogos. No caso do Superior Tribunal de Justiça, ao se digitar o termo audiência pública no canal daquele tribunal na internet, é possível assistir às audiências públicas aqui estudadas. Assistir os vídeos, ouvir os áudios e presenciar algumas das audiências públicas relatadas nesse trabalho, além de outras, como as que ocorreram no decorrer da pesquisa no âmbito do Supremo Tribunal Federal e em outros locais, nos faz ver que esse instrumento é muito potente e pode trazer ganhos significativos para uma decisão. Isso porque ele permite a escuta de vários atores, que apresentam distintas perspectivas sobre o tema.

Não é à toa que a audiência pública é um instrumento utilizado amplamente pelo poder legislativo e executivo, mas que vem sendo utilizado também em outros locais e instituições, tais como a Defensoria Pública, Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Nacional de Justiça, entre outros. Em alguns casos, apenas de participar ou ouvir uma audiência pública é possível compreender o problema posto e se apropriar da linguagem que os diversos atores utilizam. Assim, realizar um mapeamento de interesses, atores e argumentos parece ser uma das grandes contribuições que uma audiência pública pode dar.

Contudo, há vários riscos na adoção desse tipo de procedimento para o processo jurisdicional, riscos estes que giram em torno da falta de transparência na realização desse ato e da ausência de efetivo diálogo. A materialização desses riscos pode desaguar em narrativas que não condizem com a realidade dos fatos, ou, ainda, que condizem somente com a realidade dos fatos de quem tem mais condições de contar essa narrativa. Isso está intimamente ligado com a questão do acesso à justiça nos casos de litigância repetitiva. Por isso, o magistrado deve ficar atento à questão de quem participa da audiência, de quais são os interesses de fato representados, de modo a garantir um amplo diálogo e não uma sequência de monólogos que repetem o mesmo discurso.

Essa pesquisa é apenas um passo nessa nova agenda brasileira do acesso à justiça. O mérito dela é dar um olhar sistemático a um instrumento que pode ter um potencial de garantir a igualdade na participação e na influência do órgão julgador, ampliando a escuta de partes interessadas ou afetadas, e de experts com conhecimento e experiência no tema tratado. Na verdade, a pesquisa reafirma a necessidade de uma nova

agenda de pesquisa, com novos olhares e novas formas de se lidar com o problema, cujas questões podem se ampliar com os desafios propostos nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABELSON, Julia; GAUVIN, François-Pierre. Assessing the impacts of public participation: concepts, evidence and policy implications. *Centre for Health Economics and Policy Analysis Working Paper Series 2008-01*, Centre for Health Economics and Policy Analysis (CHEPA), McMaster University, Hamilton, Canada. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/p/hpa/wpaper/200801.html>>. Acesso em 12/05/2017.

AÇÃO EDUCATIVA. Acordo judicial sobre educação infantil no município de São Paulo é assinado. <<http://acaoeducativa.org.br/blog/2017/09/18/acordo-judicial-sobre-educacao-infantil-no-municipio-de-sao-paulo-e-assinado/>>. Acesso em 06/10/2017.

ALMEIDA, Eloísa Machado. *Amicus curiae no Supremo Tribunal Federal*. (Tese de doutorado). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Orientador: Professor Associado André de Carvalho Ramos. São Paulo: USP, 2015.

ALVARO DE OLIVEIRA, Carlos Alberto. A garantia do contraditório. In: TUCCI, José Rogério Cruz e (coord.). *Garantias constitucionais do processo civil*. São Paulo: RT, 1999.

_____. Mauro Cappelletti e o Direito Processual civil Brasileiro. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, v. 20, outubro/2001.

ANGELL, Ernest. The Amicus Curiae American Development of English Institutions. *The International and Comparative Law Quarterly*. Vol. 16, No. 4 Oct., 1967.

ARENHART, Sérgio Cruz. *A tutela coletiva de interesses individuais*. Para além da proteção dos interesses individuais homogêneos. São Paulo: RT, 2013.

_____. Processo multipolar, participação e representação de interesses concorrentes. In: ARENHART, Sergio Cruz; JOBIM, Marco Felix (Org.). *Processos Estruturais*. Salvador: Juspodivm, 2017.

_____. Processos estruturais no direito brasileiro: reflexões a partir do caso da ACP do Carvão. *Revista de Processo Comparado*. Vol. 2. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

ASPERTI, Maria Cecília de Araujo. Litigiosidade repetitiva e a padronização decisória: entre o acesso à justiça e a eficiência do judiciário. *Revista de Processo*, vol. 263, jan./2017.

_____. *Meios consensuais de resolução de disputas repetitivas: a conciliação, a mediação e os grandes litigantes do Judiciário*. (Dissertação de mestrado). Orientador: Prof. Dr. Associado Carlos Alberto de Salles. Faculdade de Direito. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2014.

_____; SOUZA, Michel Roberto Oliveira de. Desmistificando a “cultura do acordo”: os discursos de acesso à justiça e eficiência no atual cenário da mediação e da conciliação judiciais no Brasil. In: Antonio Rodrigues de Freitas Jr.; Guilherme Assis de Almeida; Michel Roberto O. de Souza. (Org.). *Mediação & o Novo Código de Processo Civil*. 1 ed. Curitiba: Juruá, 2018, p. 17-50.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JURIMETRIA. *Os Maiores Litigantes nas Ações Consumeristas na Justiça Estadual: Mapeamento e Proposições* (sumário executivo). Brasília: CNJ, 2017. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/02/ec09c7306e399de392f8c7b4c94e2039.pdf>>. Acesso em 01/08/2017.

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO BRASIL. *O uso da justiça e o litígio no Brasil*. 2015. Disponível em: <<http://www.amb.com.br/amb.com.br/wp-content/uploads/2015/08/Pesquisa-AMB.pdf>>. Acesso em 04/06/2017.

BARBOSA, Attila Magno e Silva; DA SILVA, Rodrigo Hinz. A audiência pública do TST sobre terceirização como espaço social de luta político-cognitiva. *Política & Sociedade*. Florianópolis Vol. 14, Ed. 30, Maio-Ago, 2015, pp. 72-101.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Instrumentalismo e garantismo: visões opostas do fenômeno processual? In: BEDAQUE, José Roberto dos Santos; CINTRA, Lia Carolina Batista; EID, Elie Pierre (orgs.) *Garantismo processual: garantias constitucionais aplicadas ao processo* Brasília: Gazeta Jurídica, 2016.

BEIERLE, Thomas C. Using social goals to evaluate public participation in environmental decisions. *Policy Studies Review*, 16(3-4), 75-103, 1999.

BENEDETTI, Miguel Ángel; SÁENZ, María Jimena. *Las Audiencias Públicas ante la Corte Suprema: Apertura y Límites de la Participación Ciudadana en la Justicia*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2016. [ebook]

BIM, Eduardo Fortunato. *Audiências públicas*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

BOURGOIGNIE, Thierry. *Discurso de recebimento do título de Doutor Honoris Causa da UFRGS*. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/arquivos/DoctorHonorisCausaBourgoignietextocompletoemporgtugues.pdf>>. Acesso em 05/12/2017.

BRASIL. Exposição de motivos do Novo Código de Processo Civil. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/512422/001041135.pdf>>. Acesso em: 25/06/2017.

BRASIL. Ministério das cidades. Portaria nº 363, de 11 de agosto de 2011, redação dada pela Portaria n. 542/2011.

BRASIL. Presidência da República. *Mensagem nº 56*, de 16 de março de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Msg/VEP-56.htm>. Acesso em 12/06/2017.

BUENO, Cássio Scarpinella. *Amicus curiae* e as audiências públicas na jurisdição constitucional – Reflexões de um processualista civil. *Revista Brasileira de Estudos Constitucionais*. Ano 6, n. 24. Out./Dez., 2012.

_____. *Amicus curiae no processo civil brasileiro: um terceiro enigmático*. 3a. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. *Manual de Direito Processual Civil*. 3a ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

_____. *Novo Código de Processo Civil anotado*. São Paulo: Saraiva, 2015.

CABRAL, Antonio do Passo. A escolha da causa-piloto nos incidentes de resolução de processos repetitivos. In: DIDIER JR, Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da. *Julgamento de casos repetitivos*. Salvador: Editora Juspodivm, 2017.

_____. Contraditório. In: TORRES, Ricardo Lobo; KATAOKA, Eduardo Takemi; GALDINO, Flávio (org.). *Dicionário de princípios jurídicos*. São Paulo: Elsevier Editora, 2011.

_____. Despolarização do processo e zonas de interesse: sobre a migração entre polos da demanda. *Revista Forense*, vol. 404, jul-ago. 2009.

_____. Efeitos processuais da audiência pública no procedimento administrativo. *Boletim Científico da ESMPU*, Brasília, a. 6 – n. 24/25, p. 41-65 – jul./dez. 2007.

_____. *Nulidades no processo moderno: contraditório, proteção da confiança e validade prima facie dos atos processuais*. 2a ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

_____. Pelas asas de Hermes: a intervenção do amicus curiae, um terceiro especial. *Revista de Direito Administrativo*. Vol. 234. Rio de Janeiro, Out./Dez., 2003.

CALAMANDREI, Piero. *Processo e democracia: conferências realizadas na Faculdade de Direito da Universidade Nacional Autônoma do México*. Tradução Mauro Fonseca Andrade. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2017.

CALDEIRA, Gregory A.; WRIGHT, John R. Amici Curiae before the Supreme Court: Who Participates, When, and How Much? *The Journal of Politics*, Vol. 52, No. 3 Aug., 1990.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Projeto de Lei n. 2.960/1997*. Parecer do Deputado Nilson Gibson, de 10 de novembro de 1997. Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1130464&filename=Dossie+-PL+2960/1997>. Acesso em 12/12/2017.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Projeto de Lei nº 8.058/2014, proposto pelo Deputado Federal Paulo Teixeira (PT/SP)*. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=687758>>. Acesso em 12/10/2017.

CAPPELLETTI, Mauro. Fundamental Guarantees of the parties in civil proceedings (General Report). In: CAPPELLETTI, Mauro; TALLON, Denis (eds.). *Fundamental guarantees of the parties in civil litigation*. Milão: Giuffrè; Dobbs Ferry: Oceana, 1973.

_____; GARTH, Bryant. *Acesso à justiça*. Trad. Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1988.

_____; GARTH, Bryant; TROCKER, Nicolò. Access to Justice – Variations and Continuity of a World-Wide Movement. *The Rabel Journal of Comparative and International Private Law*, 46. Jahrg., H. 4 (1982).

CASTRO, Daniela. *Advocacy: como a sociedade pode influenciar os rumos do Brasil*. São Paulo, SG-Amarante Editorial, 2006.

CENTRO DE ESTUDIOS LEGALES Y SOCIALES (CELS). *Una corte para la democracia*. Disponível em <https://www.cels.org.ar/web/wp-content/uploads/2017/07/corte_I.pdf>. Acesso em 12/08/2017.

CERQUEIRA, Táris Silva de. Uma breve reflexão sobre as técnicas de resolução de casos repetitivos sobre o acesso à justiça. In: DIDIER JR, Fredie. *Julgamento de casos repetitivos*. Salvador: Jus Podivm, 2016.

CNJ – Conselho Nacional de Justiça. *100 maiores litigantes*. Brasília: CNJ, 2011. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/pesquisa_100_maiores_litigantes.pdf>. Acesso em 01/05/2016.

CNJ – Conselho Nacional de Justiça. *100 maiores litigantes*. Brasília: CNJ, 2012. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/100_maiores_litigantes.pdf>. Acesso em 01/05/2016.

CNJ – Conselho Nacional de Justiça. *100 maiores litigantes*. Brasília: CNJ, 2012. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/100_maiores_litigantes.pdf>. Acesso em 01/05/2016.

CNJ – Conselho Nacional de Justiça. *Panorama do acesso à justiça no Brasil, 2004 a 2009*. Brasília: CNJ, 2011. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/03/69f08fa6be2b411e6566b84bdc1d4b5a.pdf>>. Acesso em 18/05/2017.

CNJ. *Banco Nacional de Dados de Demandas Repetitivas e Precedentes Obrigatórios*. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/bnpr-web/>>. Acesso em 20/04/2018.

CNJ. *Justiça em números*. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/pj-justica-em-numeros>>. Acesso em 15/12/2017.

CNJ. *Quem somos*. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/sobre-o-cnj/quem-somos-visitas-e-contatos>>. Acesso em 20/11/2015.

COÊLHO, Marcus Vinicius Furtado. O contraditório cooperativo no novo Código de Processo Civil. *Revista de Informação legislativa*. Brasília ano 48 n. 190 abr./jun. 2011.

CONSULTOR JURÍDICO. *Ministra Cármen Lúcia quer rediscutir papel dos amici curiae no Supremo*. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-fev-02/carmen-lucia-rediscutir-papel-amici-curiae-supremo>>. Acesso em 19/03/2017.

CORTE SUPREMA DE JUSTICIA DE LA NACIÓN. *Acordada n° 28/2004*. Regulamento sobre Intervención de Amigos del Tribunal. Disponível em: <<https://www.csjn.gov.ar/documentos/descargar/?ID=88784>>. Acesso em 13/12/2017.

CORTE SUPREMA DE JUSTICIA DE LA NACIÓN. *Acordada n° 30, de 05 de novembro de 2007*. Disponível em: <http://www.cpacf.org.ar/files/acordadas/ac_csjn_3007.pdf>. Acesso em 07/12/2017.

CORTE SUPREMA DE JUSTICIA DE LA NACIÓN. *Acordada n° 7/2013*. Disponível em: <<https://www.csjn.gov.ar/documentos/descargar/?ID=75478>>. Acesso em 13/12/2017.

CÔRTEES, Osmar Mendes Paixão. A consolidação da “objetivação” no novo código de processo civil. *Revista de Processo*, vol. 265, março de 2017.

COSTA, Guilherme Recena. *Superior Tribunal de Justiça e recurso especial: análise da função e reconstrução dogmática*. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito Processual) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

COSTA, Susana Henriques da. Acesso à justiça: promessa ou realidade? Uma análise do litígio sobre creche e pré-escola no município de São Paulo. *Civil Procedure Review*, v.7, n.2: 38-68, may.-aug., 2016.

_____. A representatividade adequada e litisconsórcio – O Projeto de Lei n. 5.138/2009. In: *Em defesa de um novo sistema de processos coletivos – Estudos em Homenagem à Professora Ada Pellegrini Grinover*. GOZZOLI, Maria Clara; CIANCI, Mirna; CALMON, Petrônio; QUARTIERI, Rita (Coord.). São Paulo: Saraiva, 2010

COUTINHO, Diogo R.; KIRA, Beatriz; LESSA, Marília Rolemberg; ALMEIDA DE CASTRO, Henrique. Participatory democracy and law-making in contemporary Brazil. *The Theory and Practice of Legislation*. Ano 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/20508840.2017.1407073>>. Acesso em 28/12/2017.

CUNHA, Leonardo Carneiro da; DIDIER JR, Fredie. Recursos contra decisão proferida em incidente de resolução de demandas repetitivas que apenas fixa tese jurídica. In: *Julgamento de casos repetitivos*. Salvador: Jus Podivm, 2017.

DANTAS, Bruno. Comentários ao Capítulo VIII – Do incidente de resolução repetitivas. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; DIDIER JR., Fredie; TALAMINI, Eduardo; DANTAS, Bruno (Coord). *Breves comentários ao Novo Código de Processo Civil*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

DIDIER, Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA; Rafael Alexandria de. *Curso de direito processual civil: teoria da prova, direito probatório, ações probatórias, decisão, precedente, coisa julgada e antecipação dos efeitos da tutela*. 11 ed. Salvador: Ed. Jus Podivm, 2016.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil: volume III*. 7a ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

_____. *Instrumentalidade do processo*. 12a ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.

DUARTE, Ricardo Cesar. *A utilização de audiências públicas no judiciário: o caso de efetivação das políticas públicas de saúde*. Dissertação de mestrado. Orientador: Prof. Associado Antonio Rodrigues de Freitas Jr. São Paulo: USP, 2016.

ECONOMIDES, Kim. Lendo as ondas do “Movimento de Acesso à Justiça”: epistemologia versus metodologia? In: PANDOLFI, Dulce et al (Orgs.). *Cidadania, justiça e violência*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

FARIA, José Eduardo. *Sociologia jurídica: Direito e Conjuntura*. São Paulo: Saraiva, 2010.

FELSTINER, William L.F.; ABEL, Richard L.; SARAT, Austin. The Emergence and Transformation of Disputes: Naming, Blaming, Claiming . . . *Law & Society Review*. Vol. 15, No. 3/4, Special Issue on Dispute Processing and Civil Litigation. 1980/1981.

FERRARO, Marcela. *Do processo bipolar a um processo coletivo-estrutural*. Dissertação de mestrado. Orientador: Prof. Dr. Sérgio Cruz Arenhart. Curitiba: UPFR, 2015.

FERRAZ, Léslie S. (coord.). *Repensando o acesso à justiça no Brasil: estudos internacionais*. Vol. 1 – As ondas de Cappelletti no Século XXI. Aracaju: Evocati, 2016.

_____. (coord.). *Repensando o acesso à justiça no Brasil: estudos internacionais*. Vol. 2 – Institutos inovadores. Aracaju: Evocati, 2016.

_____.; GABBAY; Daniela Monteiro; ECONOMIDES, Kim; ALMEIDA, Frederico; ASPERTI, Maria Cecília de Araújo; CHASIN, Ana Carolina; COSTA, Susana Henriques da; CUNHA, Luciana Gross; LAURIS, Élide; TAKAHASHI, Bruno. Repensando o acesso à Justiça: velhos problemas, novos desafios [evento]. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, vol. 4, n. 3, out 2017.

FICANHA, Gresieli Taise. Decisões vinculantes, sua aplicação e garantia do contraditório: uma possível solução através da representação argumentativa. *Revista de Processo*. Vol. 275, ano 43, p. 425-448. São Paulo: Ed. RT, janeiro, 2018.

FLETCHER, George. Comparative Law as a Subversive Discipline. *The American Journal of Comparative Law*, vol. 46, pp. 683-700, 1998.

FOGAÇA, Vitor Hugo Bueno. *Judicialização da saúde e audiência pública no STF: soluções de conflitos à luz do diálogo social*. Curitiba: Juruá, 2017.

FONSECA, Igor Ferraz; REZENDE, Raimor Rodrigues; OLIVEIRA, Marília Silva de; PEREIRA, Ana Karine. Audiências públicas: fatores que influenciam seu potencial de efetividade no âmbito do Poder Executivo federal. *Revista do Serviço Público Brasília*, 64 (1): 7-29 jan/mar 2013.

_____; REZENDE, Raimor Rodrigues; OLIVEIRA, Marília Silva de; PEREIRA, Ana Karine. *Potencial de Efetividade das Audiências Públicas do Governo Federal: Relatório de pesquisa*. Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/relatorio_potencial_efetividade.pdf>. Acesso em 12/05/2017.

FONTAINHA, Fernando de Castro; DE PAULA, C. J.; SATO, L. S. S.; GUIMARÃES, F. C. (orgs.) *História oral do Supremo (1988-2013)*, v. 9: Nelson Jobim. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2015.

FRAGALE FILHO, Roberto. Audiências públicas e seu impacto no processo decisório: A ADPF 54 como estudo de caso. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, 6, nov. 2015. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/19230>>. Acesso em: 19/12/2015.

FRANZE, Anthony J. ANDERSON, R. Reeves. Record Breaking Term for Amicus Curiae in Supreme Court Reflects New Norm. *The National Law Journal*. Agosto de 2015. Disponível em: <https://www.arnoldporter.com/~media/files/perspectives/publications/2015/08/record-breaking-term-for-amicus-curiae-in-suprem_/files/publication/fileattachment/recordbreakingtermforamicuscuriaeinsupremecourtr_.pdf>. Acesso em 15/06/2017.

FREIRE, Alexandre. Comentários ao art. 1.038, do CPC. In: CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo (Orgs.). *Comentários ao novo Código de Processo Civil*. 2a ed. Rio de Janeiro: Gen Forense, 2016.

GABBAY, Daniela Monteiro. Litigância repetitiva e acesso à justiça no Brasil: uma nova agenda de pesquisa. In: FERRAZ, Lésle S. (coord.). *Repensando o acesso à justiça no Brasil: estudos internacionais*. Vol. 1 – As ondas de Capelletti no Século XXI. Aracaju: Evocati, 2016.

_____; CUNHA, Luciana Gross (Org.). *Litigiosidade, morosidade e litigância repetitiva no judiciário: uma análise empírica*. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____; ALVES DA SILVA, Paulo Eduardo; ASPERTI, Maria Cecília Araujo; COSTA, Susana Henriques da. Why the 'Haves' Come Out Ahead in Brazil? Revisiting Speculations Concerning Repeat Players and One-Shooters in the Brazilian Litigation Setting (January 15, 2016). *FGV Direito SP Research Paper Series*, n. 141. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=2716242>>. Acesso em 20/09/2017.

_____; COSTA, Susana Henriques da; ASPERTI, Maria Cecília Araujo. Are the Haves Getting Even More Ahead Than Ever? Reflections on the Political Choices Concerning Access to Justice in Brazil in the Search of a New Agenda. *FGV Direito SP Research Paper Series*, n. 158, July 7, 2017. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=2998779>>. Acesso em 20/09/2017.

_____; CUNHA, Luciana Gross. Considerações acerca do aumento da litigiosidade e do combate às causas da morosidade do sistema de Justiça Brasileiro. In: GABBAY, Daniela;

CUNHA, Luciana Gross (Org.). *Litigiosidade, morosidade e litigância repetitiva no judiciário: uma análise empírica*. São Paulo: Saraiva, 2012.

GALANTER, Marc. Acesso à justiça em um mundo em expansão. *Revista Brasileira de Sociologia do Direito*, Porto Alegre, ABraSD, v. 2, n. 1, pp. 37-49, jan./jun., 2015.

_____. Access to Justice in a World of Expanding Social Capabilit. *Fordham Urban Law Journal*. Vol. 37, n. 115, 2010. Disponível em: <<https://ir.lawnet.fordham.edu/ulj/vol37/iss1/5>>. Acesso em 12/05/2017.

_____. Predators and Parasites: Emerging Anti-Lawyer Themes. *Georgia Law Review*. Vol. 28, n. 3, spring/1994.

_____. Talking about the limits of legal change: an interview with Marc Galanter. (entrevista feita por: Maria Cecília Asperti, Daniela Gabbay, Natasha Schmitt Caccia Salinas and Paulo Eduardo Alves da Silva). *Revista de Estudos Empíricos em Direito*. v. 1, n. 2, 2014.

_____. Why the haves come out ahead: speculations on the limits of social change. *Law and Society Review*, vol. 9, pp. 95-160, 1974.

GARCIA, Ruben J. A democratic theory of amicus advocacy. *Florida State University Law Review*, vol. 35, n. 2, inverno/2008.

GARGARELLA, Roberto. El papel del Poder Judicial dentro del nuevo “constitucionalismo dialógico”. In: GONZÁLEZ, Felipe (coord.); DAMIANI, Gerson; FERNANDEZ-ALBERTOS, José (Org.). *Governança e democracia representativa*. São Paulo: EDUSP, 2017.

GARTH, Bryant. Brazil and the field of socio-legal studies: Globalization, the Hegemony of the US, the Place of Law, and Elite Reproduction. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, vol. 3, n. 1, jan 2016.

GLEZER, Rubens Eduardo; ZANATTA, Rafael Ferreira. Atraso regulatório para a proteção de dados pessoais. *Valor Econômico*. 01/10/2014. Disponível em <<http://www.valor.com.br/opiniao/3717726/atraso-regulatorio-para-protecao-de-dados-pessoais>>. Acesso em 11/10/2014.

GODOY, Miguel Gualano. As audiências públicas e os *amici curiae* influenciam as decisões dos ministros do supremo tribunal federal? E por que isso deve(ria) importar? *Revista da Faculdade de Direito – UFPR*, Curitiba, vol. 60, n. 3, set./dez. 2015.

GRINOVER, Ada Pellegrini. *A marcha do processo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. *Ensaio sobre a processualidade*. Brasília/DF: Gazeta Jurídica, 2016.

_____. Palavra da homenageada – O Projeto de Lei brasileira sobre processos coletivos. In: GOZZOLI, Maria Clara (Coord.). *Em defesa de um Novo Sistema de Processos Coletivos*. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____; DINAMARCO, Cândido Rangel; WATANABE, Kazuo (Orgs.). *Participação e processo*. São Paulo: Editora Revista do Tribunais, 1988.

_____; WATANABE, Kazuo; COSTA, Susana Henriques da (Coord.). *O processo para solução de conflitos de interesse público*. Salvador: Juspodivm, 2017.

GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL SOBRE E DUCAÇÃO INFANTIL (GTIEI). 10 Pontos para um Plano de Expansão da Educação Infantil de Qualidade no Município de São Paulo. Disponível em:

<http://www.mpsp.mp.br/portal/pls/portal/!PORTAL.wwpob_page.show?_docname=2393818.PDF>. Acesso em 06/06/2017.

GUIMARÃES, Amanda de Araujo. *Incidente de resolução de demandas repetitivas: soluções e limites*. (Dissertação de mestrado). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Orientador: Prof. Associado Dr. Carlos Alberto de Salles. São Paulo, 2017.

GUIMARÃES, Livia Gil. *Audiências públicas no Supremo Tribunal Federal: discurso, prática e lobby*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

HENSLER, Deborah R. Revisiting the monster: new myths and realities of class action and other large scale litigation. *Duke Journal of Comparative & International Law*. Vol. 11, 2001, p. 179-213.

IPEA. *Custo Unitário do Processo de Execução Fiscal na Justiça Federal: Relatório de Pesquisa Ipea*. Brasília: IPEA, 2011.

JUNQUEIRA, Eliane Botelho. Acesso à justiça: um olhar retrospectivo. *Revista Estudos Históricos*. Vol. 18, 1996, pp. 389-402.

JUSTINO DE OLIVEIRA, Gustavo Henrique. As audiências públicas e o processo administrativo brasileiro. *Revista de Informação Legislativa*. Ano 34, n. 135, Brasília, jul./set. 1997, p. 280. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/280/r135-31.pdf>>. Acesso em 12/06/2017.

KEARNEY, Joseph D.; MERRILL, Thomas W. The Influence of Amicus Curiae Briefs on the Supreme Court. *University of Pennsylvania Law Review*, n. 148, (2000), p. 741-760.

KOMESAR, Neil K. *Imperfect alternatives: choosing institutions in Law, Economics and Public Policy*. The University of Chicago Press: Chicago, 1994

KRISLOV, Samuel. The Amicus Curiae Brief: From Friendship to Advocacy. *The Yale Law Journal*, vol. 72, no. 4, 1963.

LACOMBE, Margarida; LEGALE, Siddharta; JOHANN, Rodrigo F. As audiências públicas no Supremo Tribunal Federal nos modelos Gilmar Mendes e Luiz Fux: a legitimação técnica e o papel do cientista no laboratório de precedentes. In: José Ribas Vieira, Vanice Regina Lírio do Valle e Gabriel Lima Marques (Organizadores). *Democracia e suas instituições*. Rio de Janeiro: IMOS Editora, 2014.

LARSEN, Allison Orr; DEVINS, Neal. The amicus machine. *Virginia Law Review Association*. Vol. 102, 2016.

LEAL, Fernando; HERDY, Rachel; MASSADAS, Júlia. Uma década de audiências públicas no Supremo Tribunal Federal (2007-2017). *Revista de Investigações Constitucionais*, Curitiba, vol. 5, n. 1, p. 331-372, jan./abr. 2018. DOI: <10.5380/rinc.v5i1.56328>.

LEMOS, Vinícius Silva. O Incidente de Assunção de Competência: o aumento da importância e sua modernização no Novo Código de Processo Civil. *Revista Dialética de Direito Processual*, n. 152, novembro 2015.

LEWANDOWSKI, Ricardo. Conselho Nacional de Justiça: presente e futuro. In: *CNJ 10 anos*. 1a ed. Brasília: CNJ, 2015.

LORENZETTI, Ricardo Luis. *Justicia colectiva*. Santa Fe: Rubinzal – Culzoni Editores, 2010.

LOWMAN, Michael K. The Litigating Amicus Curiae: When Does the Party Begin after the Friends Leave, 41 *Am. U. L. Rev.* 1243, 1300. 1992.

MACHADO, Maira Rocha. O estudo de caso na pesquisa em direito. In: MACHADO, Maira Rocha (org.). *Pesquisar empiricamente o direito*. São Paulo: REED, 2017.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Acesso à justiça: condicionantes legítimas e ilegítimas*. 2a. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

_____. *Incidente de Resolução de demandas repetitivas: a luta contra a dispersão jurisprudencial excessiva*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

_____. *Interesses difusos: Conceito e Legitimação para agir*. 7. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

_____. *Sistema brasileiro de precedentes: natureza, eficácia e operacionalidade*. 2a ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Incidente de resolução de demandas repetitivas: decisão de questão idêntica x precedente*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

_____. O “problema” do incidente de resolução de demandas repetitivas e dos recursos extraordinário e especial repetitivos. *Revista de Processo*. vol. 249. ano 40. pp. 399-419. São Paulo: Ed. RT, nov. 2015.

_____. *Precedentes obrigatórios*. 5a ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

_____. *STJ enquanto corte de precedentes: recompreensão do Sistema Processual da Corte Suprema*. 3a ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

_____; MITIDIERO, Daniel. *Repercussão Geral no recurso extraordinário*. 3a. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

MARONA, Marjorie Corrêa; ROCHA, Marta Mendes. Democratizar a jurisdição constitucional? O caso das audiências públicas no Supremo Tribunal Federal. *Revista de Sociologia e Política*. v. 25, n. 62, pp. 131-156, jun. 2017.

MARRARA, Thiago. Prefácio. In: BIM, Eduardo Fortunato. *Audiências públicas*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

MATTEI, Ugo. Access to Justice. A Renewed Global Issue. *Electronic Journal Of Comparative Law*, v. 11.3, 2007. Disponível em: <http://works.bepress.com/ugo_mattei/34>. Acesso em 12/06/2016.

_____. Some Realism about Comparativism: Comparative Law Teaching in the Hegemonic Jurisdiction. *The American Journal of Comparative Law*, vol. 50, 2002

MAZZILI, Hugo Nigro. *O Inquérito Civil: Investigações do Ministério Público, compromissos de ajustamento e audiências públicas*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

MEDINA, Damares. *Amicus Curiae: Amigo da Corte ou Amigo da Parte?* 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MEDINA, José Miguel; FREIRE, Alexandre; FREIRE, Alonso. Audiência pública é mais que um instrumento de legitimidade. *Os constitucionalistas*. Disponível em: <<http://www.osconstitucionalistas.com.br/audiencia-publica-e-mais-que-um-instrumento-de-legitimidade>>. Publicado em 05/07/2013. Acesso em 24/10/2017.

MENDES, Aluísio Gonçalves de Castro. *Incidente de resolução de demandas repetitivas: sistematização, análise e interpretação no novo instituto processual*. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

_____; SILVA, Larissa Clare Pochmann. Acesso à justiça. Uma releitura da obra de Mauro Cappelletti e Bryant Garth, a partir do Brasil, após 40 anos. *Revista Quaestio Iuris*, vol. 08, n. 03, Rio de Janeiro, 2015, pp. 1827-1858.

MENDES, Conrado Hübner. *Constitutional Courts and Deliberative Democracy*. 1. ed. Oxford: Oxford University Press, 2013.

_____. Desempenho deliberativo de cortes constitucionais e o STF. In: MACEDO JR., Ronaldo Porto; BARBIERI, Catarina Helena (Org.). *Direito e interpretação – Racionalidades e instituições*. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____; OLIVEIRA, Vanessa Elias; ARANTES, Rogério Bastos (Coord.). *Ações coletivas no Brasil: temas, atores e desafios da tutela coletiva*. Série Justiça Pesquisa. Brasília: CNJ, 2017.

MESQUITA, José Ignácio Botelho de. AMADEO, Rodolfo da Costa Manso Real; DELLORE, Luiz Guilherme Pennachi; MORETO, Mariana Capela Lombardi; TEIXEIRA, Guilherme Silveira; ZVEIBIL, Daniel Guimarães. A repercussão geral e os recursos repetitivos. *Economia, Direito e Política*. Revista de Processo, vol. 220, ano 38, junho 2013.

MITIDIERO, Daniel. *Cortes superiores e cortes supremas: do controle à interpretação, da jurisprudência ao precedente*. 3a ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

NUNES, Dierle; MARQUES, Ana Luiza Pinto Coelho; WERNECK, Isadora T. G. M.; FREITAS, Laura. O perigo da utilização estratégica do IRDR por litigantes habituais e a necessidade dos tribunais refletirem sobre sua cooptação: a proibição do incidente preventivo e o caso Samarco. In: LUCON, Paulo Henrique dos Santos; OLIVEIRA, Pedro Miranda. *Panorama atual do novo CPC* 2. Florianópolis: Empório do direito, 2017.

NUNES, Dierle; TEIXEIRA, Ludmila. *Acesso à justiça democrático*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2013.

_____; TEIXEIRA, Ludmila. Por um acesso à justiça democrático: primeiros apontamentos. *Revista de Processo*, n. 217, 2013.

_____; VIANA, Aurélio. *Precedentes: a mutação no ônus argumentativo*. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

OAB/MA. Audiência pública OAB/MA Procon. 17 de agosto de 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YzzuRgKJSss&feature=youtu.be>>. Acesso em 02/12/2017.

OAB/MA. OAB Maranhão pede ao TJ/MA celeridade no julgamento da IRDR que trata dos empréstimos consignados. *Notícias OAB/MA*. 09 de abril de 2018. Disponível em: <<http://www.oabma.org.br/agora/noticia/oab-maranhao-pede-ao-tjma-celeridade-no-julgamento-da-irdr-que-trata-dos-emprestimos-consignados-3439>>. Acesso em 12/04/2018.

PEREIRA, Paula Pessoa. *O Superior Tribunal de Justiça como corte de definição de direitos: uma justificativa a partir do universalismo*. Dissertação de mestrado. Orientador: Prof. Dr. Luiz Guilherme Marinoni. Curitiba: UFPR, 2013.

PEREZ, Marcos Augusto. *A administração pública democrática: institutos de participação popular na administração pública*. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

QUEIROZ, Rafael Mafei. Como encontrar um bom tema dentro de minha área de interesse? In: QUEIROZ, Rafael Mafei; FEFERBAUM, Marina. *Metodologia jurídica: um roteiro prático por trabalhos de conclusão de curso*. 1a ed. 2a tiragem. São Paulo: Saraiva, 2013.

RAIS, Diogo. *A sociedade o Supremo Tribunal Federal: O caso das audiências públicas*. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2012.

RAMOS, Luciana de Oliveira; CUNHA, Luciana Gross; OLIVEIRA, Fabiana Luci de; SAMPAIO, Joelson Oliveira; BUENO, Rodrigo de Losso da Silveira; ÚBIDA, Giovanna. *Relatório ICJBrasil - 1º semestre / 2017*. São Paulo: Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, 2017.

RODRIGUEZ, José Rodrigo. *Como decidem as cortes? Para uma crítica do direito (brasileiro)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013.

ROQUE, André Vasconcelos. Ações coletivas e procedimentos para resolução de casos repetitivos: qual o espaço destinado a cada um? Procedimentos de resolução de casos repetitivos. In: DIDIER JR, Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da. *Julgamento de casos repetitivos*. Salvador: Editora Juspodivm, 2017.

ROSILHO, André Janjácomo. O poder normativo do CNJ: um caminho para se pensar o experimentalismo institucional. *Revista Brasileira de Estudos Constitucionais*, Belo Horizonte, v. 5, n. 20, out./dez. 2011. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/44761>>. Acesso em: 28 fev. 2012.

SACCO, Rodolfo. Legal Formants: A Dynamic Approach to Comparative Law (Installment I of II). *The American Journal of Comparative Law*, Vol. 39, No. 1, pp. 1-34, Winter, 1991.

SADEK, Maria Tereza Aina. Judiciário: mudanças e reformas. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 18, n. 51, p. 79-101, Ago. 2004.

_____. Poder Judiciário: perspectivas de reforma. *Revista Opinião Pública*, Campinas, 1, v. X, maio, 2004.

SALLES, Carlos Alberto de. *Arbitragem em contratos administrativos*. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011.

_____. Duas faces da proteção judicial dos direitos sociais no Brasil. In: SALLES, Carlos Alberto de (Coord.). *As grandes transformações do Processo Civil Brasileiro - Homenagem ao Professor Kazuo Watanabe*. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

_____. *Execução judicial em matéria ambiental*. São Paulo: RT, 1998.

_____. Processo Civil de interesse público. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo; COSTA, Susana Henriques da (Coord.). *O processo para solução de conflitos de interesse público*. Salvador: Juspodivm, 2017.

SANDER, Frank E. A. Varieties of dispute processing, 70 *F.R.D.* 111, 1976.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. 7ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Fábio Gomes dos. *Audiência públicas no direito administrativo brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2015.

SENADO FEDERAL. *Anteprojeto de Reforma do Código de Processo Civil*. Brasília, 2010. Disponível em

<<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496296/000895477.pdf?sequence=1>>. Acesso em 12/06/2017.

SENADO FEDERAL. *Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2012*. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/106771>>. Acesso em 15/06/2017.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. Brevíssimas reflexões sobre a evolução do tratamento da litigiosidade repetitiva no ordenamento brasileiro, do CPC/1973 ao CPC/2015. *Revista de Processo*, vol. 257, julho 2016.

_____. Congestionamento viário e congestionamento judiciário? reflexões sobre a garantia de acesso individual ao Poder Judiciário. *Revista de Processo*, v. 39, pp. 13-26. São Paulo: RT, 2014.

_____. Linhas fundamentais do novo Código de Processo Civil brasileiro. *Publicações da Escola da AGU: Direito, Gestão e Democracia*, v. 8, pp. 131-150, 2016.

_____. Linhas fundamentais do novo Código de Processo Civil brasileiro. *Revista Jurídica Luso-Brasileira*, Ano 2, nº. 1, 2016, pp. 1025-1050. Disponível em: <http://www.cidp.pt/publicacoes/revistas/rjlb/2016/1/2016_01_1025_1050.pdf>. Acesso em 12/07/2017.

SILVA, Cecília de Almeida; AJOUZ, Igor. Audiências públicas na Suprema Corte brasileira: novas tendências para o diálogo social. *Revista da AGU*, n. 37, ano XII, Brasília-DF, jul./set. , 139-159, 2013.

SILVA, Ovídio Baptista da. *Processo e ideologia: o paradigma racionalista*. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

SILVA, Roseane Leal da; HOCH, Patrícia Adriani; RIGHI, Lucas Martins. Transparência pública e atuação normativa do CNJ. *Revista de Direito GV*. Vol. 9, n. 2, pp. 489-514, São Paulo, jul./dez. 2013.

SILVESTRI, Elisabetta. L'amicus curiae: uno strumento per la tutela degli interessi non rappresentati. *Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile*, Ano LI, n. 3, setembro de 1997.

SOMBRA, Thiago Luís Santos. Supremo Tribunal Federal representativo? O impacto das audiências públicas na deliberação. *Revista Direito GV*. V. 13, n. 1, jan./abr., 2017.

SONGER, Donald; KUERSTEN, Ashlyn. KAHENY, Erin. Why the haves don't always come out ahead: Repeat players meet amici curiae for the disadvantaged. *Political Research Quarterly*, Vol. 53, No. 3, Set. 2000.

SOUZA, Michel Roberto Oliveira de. *Recurso especial repetitivo: análise crítica do recurso por amostragem*. (Dissertação de mestrado). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Orientador: Prof. Associado Rodolfo de Camargo Mancuso. São Paulo, 2014.

STF. ADI 3921, Decisão monocrática. Min. Rel. Joaquim Barbosa, julgado em 24/10/2007, publicado em DJe-134, publicado em 31/10/2007.

STF. ADI 4.350/DF, Rel. Min. Luiz Fux. J. em 23/10/2014, DJe 03/12/2014.

STF. ADPF 145 AgR-segundo, Rel. Min. Edson Fachin, Tribunal Pleno, julgado em 01/09/2017, Acórdão Eletrônico DJe-206, divulgado em 11/09/2017, publicado em 12/09/2017.

STF. ARE nº 664335, Rel. Min. Luiz Fux, Tribunal Pleno, julgado em 04 de dezembro de 2014, Acórdão DJe-029. Divulgado em 11/02/2015, publicado em 12/02/2015.

STF. Espaço para perguntas e esclarecimentos marca fim do primeiro dia de audiência pública. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=345517>>. Acesso em 06/06/2017.

STF. RE 593849 AgR, Rel. Min. Edson Fachin, Tribunal Pleno, julgado em 22/09/2017, DJe-225, divulgado em 02/10/2017, publicado em 03/10/2017.

STF. RE-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julgado em 09/06/2017, Acórdão Eletrônico DJe-143, divulgado em 29/06/2017, publicado em 30/06/2017.

STF. STA-AgR 175, Min. Relator Gilmar Mendes. Pleno, j. em 17/03/2010. Acórdão disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=610255>>. Acesso em 05/06/2017.

STJ. *Audiência Pública – Taxa de Corretagem* 09/05/2016. <<https://www.youtube.com/watch?v=Q09dwudg9RA>>. Acesso em 08/10/2017.

STJ. Autos do recurso especial n. 1.551.951/SP, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, trecho do parecer do Ministério Público Federal.

STJ. Autos do REsp. n. 1.483.620/SC. Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, Anexo 1.

STJ. Corte Especial, REsp. nº 1.124.552/RS. Rel. Luis Felipe Salomão. J. em 03/12/2014. DJe: 02/02/2015.

STJ. *Regimento interno*. Disponível em <<http://www.stj.jus.br/publicacaoainstitucional/index.php/Regimento/issue/view/1/showToc>>. Acesso em 20/02/2018.

STJ. *Relatório estatístico 2017*. Brasília. 2017. Disponível em <<http://www.stj.jus.br/webstj/Processo/Boletim/verpagina.asp?vPag=0&vSeq=301>>. Acesso em 13/03/2018.

STJ. REsp. 1.483.620/SC. 2ª Seção. Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino. Unânime. J. em 27/05/2015. DJe: 02/06/2015.

STJ. REsp. nº 1.151.951/SP. Despacho do Min. Rel. Paulo de Tarso Sanseverino, de 30 de março de 2016.

STJ. REsp. nº 1.151.951/SP. Min. Rel. Paulo de Tarso Sanseverino, autos do processo, Edital de convocação da audiência pública – nº 1/2016-CD2S. DJe. 11/04/2016.

STJ. REsp. nº 1.360.969/RS, Rel. Ministro Marco Buzzi, Rel. p/ Acórdão Ministro Marco Aurélio Bellizze, Segunda Seção, julgado em 10 de agosto de 2016. DJe 19/09/2016.

STJ. REsp. nº 1.419.697/RS, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, autos do processo, Anexo 1.

STJ. REsp. nº 1.419.697/RS. Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino. Decisão monocrática de 07 de agosto de 2004.

STJ. REsp. nº 1.419.697/RS. Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino. Decisão monocrática de 19 de agosto de 2004.

STJ. REsp. nº 1.419.697/RS. Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino. Decisão monocrática de 30 de maio de 2004.

STJ. REsp. nº 1.483.620/SC, 2ª Seção, Votação unânime, Rel. Paulo de Tarso Sanseverino. DJe 02/06/2015.

STJ. REsp. nº 1.483.620/SC, autos do processo, Anexo 1.

STJ. REsp. nº 1.483.620/SC. Min. Relator Paulo de Tarso Sanseverino, Decisão Monocrática de 27 de novembro de 2014.

STJ. REsp. nº 1.483.620/SC. Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino. J. em 27 de maio de 2015. DJe: 02/06/2015.

STJ. REsp. nº 1.551.951/SP, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino. Autos do processo.

STJ. Resp. nº 1.551.951/SP. Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino. Decisão Monocrática de 30 de março de 2016. DJe. 01/04/2016.

STJ. REsp. nº 1.551.951/SP. Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino. Decisão Monocrática de 03 de maio de /2016. DJe. 05/05/2016.

STJ. REsp. nº 1.551.956/SP, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, Decisão monocrática de 22 de setembro de 2015. DJe. 24/09/2015.

STJ. REsp. nº 1.551.968/SP. Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, Autos do processo.

STJ. REsp. nº 1.599.511/SP, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Segunda Seção, julgado em 24 de agosto de 2016. DJe 06/09/2016.

STJ. REsp. nº 951.894/DF. Rel. Isabel Galotti. Decisão monocrática de 27 de novembro de 2014.

STJ. REsp. nº 951.894/DF. Rel. Isabel Galotti. Decisão monocrática de 22 de outubro de 2015.

STJ. REsp. nº 951.894/DF. Rel. Min. Isabel Galotti, autos do processo, Apenso 3.

TARTUCE, Fernanda. *Igualdade e vulnerabilidade no processo civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

TAVARES, André Ramos. *Nova lei da súmula vinculante*: Estudos e comentários à Lei 11.417, de 19.12.2006. 3a ed. São Paulo: Método, 2009.

TEMER, Sofia. *Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas*. 2a ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2017.

TJMA. IRDR nº 053983/2016, Numeração Única 0008932-65.2016.8.10.0000. Relator Des. Jaime Ferreira de Araujo. Despacho de 14 de agosto de 2017.

TJMA. IRDR nº 053983/2016, Numeração Única 0008932-65.2016.8.10.0000. Relator Des. Jaime Ferreira de Araujo. Despacho de 04 de setembro de 2017.

TJMA. IRDR nº 053983/2016, Numeração Única 0008932-65.2016.8.10.0000. Relator Des. Jaime Ferreira de Araujo, autos do processo, Áudio da audiência pública.

TJMA. Processo nº 0827523-05.2017.8.10.0001. Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís.

TJMA. Processo nº 0827523-05.2017.8.10.0001. Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís. Despacho do Juiz Titular Douglas de Melo Martins, de 29 de novembro de 2017.

TJSC. *ACP do Carvão*. Disponível em: <<https://www.jfsc.jus.br/acpdocarvao/>>. Acesso em 11/08/2017.

TJSP. *TJSP promove audiência pública sobre vagas em creches de São Paulo*. Disponível em: <<http://www.tjsp.jus.br/Noticias/Noticia?codigoNoticia=43765>>. Acesso em 04/06/2017.

TRF4. IRDR nº 5054341-77.2016.4.04.0000. Rel. Des. Paulo Afonso Brum Vaz. Autos do processo.

TRUBEK, David M. The handmaiden's revenge – On reading and using the newer sociology of civil procedure. *Law and Contemporary Problems*, vol. 51, n. 4, outubro/1988.

_____. A vingança da criada: sobre ler e usar a nova sociologia do processo civil. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*. v. 5, n. 1, mar./2018.

TRUBEK, Louise; TRUBEK, David. Civic justice through civil justice: a new approach to public interest advocacy in the United States. In: *Access to justice and the welfare state*. CAPPELLETTI, Mauro (ed.). Florence: European University Institute, 1981.

TST. *Instrução Normativa n. 38* [editada pela Resolução n. 201, de 10 de novembro de 2015]. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/20.500.12178/72880>>. Acesso em 12/12/2017.

TST. IRR-1325-18.2012.5.04.0013. Decisão monocrática, Rel. Min. Augusto César de Leite Carvalho. Publicada no DEJT 21/02/2018.

TST. IRR-1325-18.2012.5.04.0013. Decisão monocrática, Rel. Min. Augusto César de Leite Carvalho. Publicada no DEJT 21/02/2018.

VALLE, Vanice Regina Lírio do (coord.). *Audiências públicas e ativismo: diálogo social no STF*. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

VERBIC, Francisco. El remedio estructural de la causa “Mendoza”. Antecedentes, principales características y algunas cuestiones planteadas durante los primeros tres años de su implementación. *Anales n. 43 – Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales*. UNLP, 2013, p. 269. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/33771/Documento_completo.pdf?sequence=1>. Acesso em 12/12/2017.

VESTENA, Carolina Alves. Audiências públicas – Diagnóstico empírico sobre os limites da participação social. *Revista Brasileira de Estudos Constitucionais*. Ano 6, n. 24, out./dez. 2012.

VIEIRA, Oscar Vilhena. *Experimentalismo judicial*. Coluna publicada em 03/05/2014. Disponível em: <<http://m.folha.uol.com.br/colunas/oscarvilhenavieira/2014/05/1448931-experimentalismo-judicial.shtml>>. Acesso em 02/12/2017.

VIEIRA, Oscar Vilhena. Que reforma? *Revista de Estudos Avançados*, 18(51), 2004.

_____. Supremocracia. *Revista Direito GV*. Vol. 4, n. 2, São Paulo, jul./dez., 2008.

WATANABE, Kazuo. Acesso à justiça e sociedade moderna. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel (Orgs.). *Participação e processo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988.

_____. Processo Civil de Interesse Público: introdução. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo; COSTA, Susana Henriques da (Coord.). *O processo para solução de conflitos de interesse público*. Salvador: Juspodivm, 2017.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 4. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2010.

ZANATTA, Rafael Ferreira; SOUZA, Michel Roberto de. O sistema de scoring e a primeira audiência pública do STJ. *Blog E-mancipação*. Disponível em <<http://rafazanatta.blogspot.com.br/2014/08/o-sistema-de-scoring-e-primeira.html>>. Acesso em 11/10/2014.

ZANETTI JR. Hermes; MADUREIRA, Claudio. Formalismo-valorativo e o novo processo civil. *Revista de Processo*, vol. 272, pp. 85-125, Out/2017.

APÊNDICE – QUADRO-RESUMO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS ESTUDADAS

QUADRO-RESUMO – AUDIÊNCIA PÚBLICA SCORING – 2ª SEÇÃO STJ				
	Ministros presentes	Expositores	Classificação	Perfil
1º Painel	Min. Paulo de Tarso Sanseverino (Presidente); Min. Maria Isabel Galotti; Min. Marco Buzzi;	Ministério Público Federal	Ministério Público	Jurídico
		OAB/DF	Associações de classe, associações profissionais, sindicatos, federações e confederações	Jurídico
		Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (Fábio Ferreira da Cunha e Larissa Davidovich)	Defensoria pública	Jurídico
		Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC (Walter Faia de Moura)	Associações de defesa de direitos / organizações não governamentais	Jurídico
		Associação Nacional de Defesa e Informação do Consumidor – Andicon (Remi Molin e Deivti Dimitrios)	Associações de defesa de direitos / organizações não governamentais	Jurídico
		Parte recorrida (consumidores) (Lisandro Goularte Moraes)	Parte individual (Consumidores)	Jurídico
2º Painel	Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva (Presidente); Min. Paulo de Tarso Sanseverino; Min. Marco Buzzi; Ministra Maria Isabel Gallotti;	Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República (José Levi Mello do Amaral Jr.)	Órgão da Administração Pública	Jurídico
		Ministério Público do DF (Leonardo Roscoe Bessa)	Ministério Público	Jurídico
		SPC/SC (Rodrigo Titericz)	Empresas, sociedades limitadas ou anônimas	Jurídico

		Febraban (Marcos de Barros Lisboa, economista e professor)	Associações de classe, associações profissionais, sindicatos, federações e confederações	Técnico (Economista)
		Serasa Experian S/A (Fabiano Robalinho Cavalcanti e Vander Nagata)	Empresas, sociedades limitadas ou anônimas	Jurídico
3º Painei	Min. Maria Isabel Galotti (Presidente);	Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor - Brasilcon (Bruno Miragem, advogado).	Associações de defesa de direitos / organizações não governamentais	Jurídico
		Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (Nival Martins da Silva Junior)	Associações de classe, associações profissionais, sindicatos, federações e confederações	Jurídico
		Boa Vista Serviços S/A (Flávio Pereira Lima)	Empresas, sociedades limitadas ou anônimas	Jurídico
		Câmara de Dirigentes Lojistas de Porto Alegre (Fernando Smith Fabris)	Associações de classe, associações profissionais, sindicatos, federações e confederações	Jurídico
		Banco Central do Brasil (Isaac Menezes Sidney Ferreira)	Órgão da Administração Pública	Jurídico
4º Painei	Min. Raúl Araújo (Presidente); Min. Paulo de Tarso Sanseverino; Min. Maria Isabel Gallotti;	Parte Recorrente (Fabiano Garcia Severgini)	Parte individual (Consumidores)	Jurídico
		Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor Bancário (Luciano Duarte Peres)	Associações de defesa de direitos / organizações não governamentais	Jurídico
		Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas - Cobap (Antônio	Associações de classe, associações profissionais, sindicatos, federações e confederações	Jurídico

		Celso Nogueira Leiria)		
		OAB/MS (Leandro Amaral Provenzano)	Associações de classe, associações profissionais, sindicatos, federações e confederações	Jurídico
		Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (Josane de Almeida Heerdts)	Defensoria pública	Jurídico
		Proteste – Associação de Consumidores (Maria Inês Dolci)	Associações de defesa de direitos / organizações não governamentais	Jurídico
		Associação Procopar (Josafar Augusto da Silva Guimarães)	Associações de defesa de direitos / organizações não governamentais	Jurídico
Encerramento				

QUADRO-RESUMO – AUDIÊNCIA PÚBLICA DPVAT – 2ª SEÇÃO STJ				
	Ministros presentes	Expositores	Classificação	Perfil
1º Painei	Min. Paulo de Tarso Sanseverino (Presidente); Min. João Otávio de Noronha; Min. Luis Felipe Salomão; Min. Marco Buzzi; Min. Marco Aurélio Bellizze; Min. Moura Ribeiro; Min. Isabel Gallotti;	Ministério Público Federal Procuradoria Geral da República (Humberto Jacques Medeiros)	Ministério Público	Jurídico
		Superintendência de Seguros Privados (Danilo Cláudio da Silva)	Órgão da Administração Pública	Técnico
		Defensoria Pública da União (Sander Gomes Pereira Jr.)	Defensoria pública	Jurídico
2º Painei	Min. Marco Aurélio Bellizze (presidente); Min. Paulo de Tarso Sanseverino; Ministra Maria Isabel Gallotti;	Seguradora Líder - Parte Recorrente (Márcio Vieira Souto Costa Ferreira)	Empresas, sociedades limitadas ou anônimas	Jurídico
		Dinarte D. Santos - Parte Recorrida (Bruno Fuga)	Consumidores	Jurídico
3º Painei	Ministra Maria Isabel Gallotti (Presidente); Min. Paulo de Tarso Sanseverino; Min. Marco Aurélio Bellizze	LCA Consultores (Bernard Appy)	Empresas, sociedades limitadas ou anônimas	Técnico
4º Painei	Min. Moura Ribeiro (Presidente); Min. Paulo de Tarso Sanseverino; Min. Marco Aurélio Bellizze;	Stepherson Vieira Lacerda (advogado)	Advogado individual	Jurídico
		Caixa Seguradora (Paulo Roberto Roque Antônio Khouri)	Empresas, sociedades limitadas ou anônimas	Jurídico
5º Painei	Ministro Marco Buzzi (Presidente); Ministro Marco Aurélio Bellizze;	Alex Gonçalves de Jesus (advogado)	Advogado individual	Jurídico
		Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais,	Associações de classe, associações profissionais, sindicatos,	Jurídico

	Min. Paulo de Tarso Sanseverino;	Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (Gustavo Binenbojm)	federações e confederações.	
6º Painel	Ministro Villas Bôas Cueva (Presidente); Min. Paulo de Tarso Sanseverino;	Instituto Brasileiro de Atuária – IBA (Paulo Pereira Ferreira).	Associações de classe, associações profissionais, sindicatos, federações e confederações	Técnico
		Antonio Penteado Mendonça (advogado)	Advogado individual	Jurídico
Encerramento				

QUADRO-RESUMO – AUDIÊNCIA PÚBLICA CAPITALIZAÇÃO DE JUROS – CORTE ESPECIAL STJ				
	Ministros presentes	Expositores	Classificação	Perfil
1º Painei	Min. Maria Isabel Gallotti (Presidente); Min. Humberto Martins; Min. Villas Bôas Cueva; Min. Moura Ribeiro;	Subprocurador-Geral da República (José Elaeres Marques Teixeira)	Ministério Público	Jurídico
2º Painei	Min. Humberto Martins (Presidente); Min. Napoleão Nunes Maia Filho; Min. Maria Isabel Gallotti; Min. Villas Bôas Cueva; Min. Marco Buzzi; Min. Moura Ribeiro; Min. Reynaldo Soares da Fonseca.	Banco Central do Brasil (Erasto Villa Verde de Carvalho Filho e Bernardo Henrique de Mendonça Heckmann)	Órgãos da Administração Pública	Jurídico
		Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada – ABRAPP (Ana Carolina Ribeiro de Oliveira)	Associações de classe, associações profissionais, sindicatos, federações e confederações	Jurídico
3º Painei	Min. Napoleão Nunes Maia Filho (Presidente); Min. Humberto Martins; Min. Maria Isabel Gallotti; Min. Villas Bôas Cueva; Min. Marco Buzzi; Min. Moura Ribeiro; Min. Reynaldo Soares da Fonseca;	Andressa Jarletti Gonçalves de Oliveira (Professora)	Advogados individuais	Jurídico
		Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança – ABECIP (Luiz Rodrigues Wambier e Renor Valério da Silva)	Associações de classe, associações profissionais, sindicatos, federações e confederações	Jurídico e Técnico (engenheiro)
4º Painei	Min. Marco Buzzi (Presidente); Min. Maria Isabel Gallotti;	André Zanetti Baptista (advogado, Professor)	Advogados individuais	Jurídico
		Caixa Econômica Federal (Teotônio Costa)	Órgãos da Administração Pública	Técnico

5º Painel	Min. Paulo de Tarso Sanseverino (Presidente); Min. Maria Isabel Gallotti; Min. Villas Bôas Cueva.	Federação Brasileira de Bancos – Febraban (Carlos Antônio Rocca)	Associações de classe, associações profissionais, sindicatos, federações e confederações	Técnico
		Luiz Fernando Azzoni Faringnoli (Perito Econômico Financeiro e Administrador Judicial)	Expert individual	Técnico
6º Painel	Min. Villas Bôas Cueva (Presidente); Min. Maria Isabel Gallotti; Min. Jorge Mussi; Min. Og Fernandes; Min. Paulo de Tarso Sanseverino	Rodrigo de Losso da Silveira Bueno (Professor)	Expert individual	Técnico
		Instituto dos Advogados de São Paulo (Flávio Maia Fernandes dos Santos)	Associações de classe, associações profissionais, sindicatos, federações e confederações	Jurídico
7º Painel	Min. Jorge Mussi (Presidente); Min. Og Fernandes; Min. Raul Araújo; Min. Paulo de Tarso Sanseverino; Min. Maria Isabel Gallotti;	Conselho Regional de Administração do Paraná (Sônia Regina Ribas Timi)	Associações de classe, associações profissionais, sindicatos, federações e confederações	Técnico
8º Painel	Min. Raul Araújo (Presidente); Min. Jorge Mussi; Min. Og Fernandes; Min. Paulo de Tarso Sanseverino; Min. Isabel Gallotti;	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – Anbima (Francisco Sátiro)	Associações de empresas	Jurídico
		Gilberto Melo (especialista em cálculos judiciais, extrajudiciais e precatórios)	Expert individual	Jurídico
9º Painel	Min. Herman Benjamin (Presidente);	Celso Alves de Almeida (advogado especialista)	Advogados individuais	Jurídico

	Min. Og Fernandes; Min. Raul Araújo; Min. Isabel Gallotti	Giancarlo Zanon (especialista em perícia contábil)	Expert individual	Técnico
10º Painel	Min Og Fernandes (Presidente) Min. Herman Benjamin; Min. Raul Araújo; Min. Maria Isabel Gallotti; Des. Federal (convocada) Diva Prestes Malerbi;	Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNIF (Marcos Cavalcante de Oliveira)	Associações de classe, associações profissionais, sindicatos, federações e confederações	Jurídico
		José Henrique Garcia Moreira, Edson Rovina e José Jorge Meschiatti Nogueira (especialistas em perícia financeira)	Expert individual	Técnico, Técnico, Técnico.
Encerramento				

QUADRO-RESUMO – AUDIÊNCIA PÚBLICA TAXA DE CORRETAGEM – 2ª SEÇÃO STJ				
	Ministros presentes	Expositores	Classificação	Perfil
14:00 – 14:35 Abertura e primeiro painel	Min. Paulo de Tarso Sanseverino (Presidente); Min. Marco Buzzi Moura Ribeiro;	MPF – Ministério Público Federal: Subprocurador-Geral da República (Antônio Carlos Alpino Bigonha)	Ministério Público	Jurídico
		Parte recorrida - RESP 1.551.951/SP (Marcelo de Andrade Tapai - OAB/SP 249.859)	Consumidores	Jurídico
14:35 – 15:09 Segundo painel	Min. Marco Buzzi (Presidente); Min. Paulo de Tarso Sanseverino; Min. Marco Aurélio Bellizze;	CONFECI - Conselho Federal de Corretores de Imóveis (José Augusto Viana Neto)	Associações de classe, associações profissionais, sindicatos, federações e confederações	Técnico (Corretor imobiliário)
		Ministério das Cidades (Nelson Teixeira da Silva)	Entes Federativos (União Federal)	Técnico (servidor público)
15:10 – 15:35 Terceiro painel	Min. Marco Aurélio Bellizze (Presidente); Min. Paulo de Tarso Sanseverino; Min. Antonio Carlos Ferreira Marco Buzzi;	IDEC - Instituto de Defesa do Consumidor (Cláudia de Moraes Pontes de Almeida – OAB/SP 261.291)	Associações de defesa de direitos / organizações não governamentais	Jurídico
		ABRAINC – Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias – (Gustavo Henrique de Barros Franco e Flávio Luiz Yarshell – OAB/SP 88.098)	Associações de empresas	Jurídico e técnico (economista)
15:38 – 16:07 Quarto painel	Min. Antonio Carlos Ferreira (Presidente) Min. Paulo de Tarso Sanseverino Min. Marco Aurélio Bellizze	SINDUSCON-SP – Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas do Estado de São Paulo (José Carlos Baptista Puoli – OAB/SP 110.829)	Associações de classe, associações profissionais, sindicatos, federações e confederações	Jurídico

		BRASILCON – Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor: (Walter José Faiad de Moura – OAB/DF 17.390)	Associações de defesa de direitos / organizações não governamentais	Jurídico
16:10 – 16:39 Quinto painel	Min. Moura Ribeiro (Presidente); Min. Antonio Carlos Ferreira Raul Araújo; Min. Paulo de Tarso Sanseverino;	ABMH - Associação Brasileira dos Mutuários da Habitação (Lúcio de Queiroz Filho – OAB/MG 111.564 e Alexandre Barros Tavares – OAB/MG 122.676)	Associações de defesa de direitos / organizações não governamentais	Jurídico
		SINDUSCON – FPOLIS – Sindicato da Indústria da Construção Civil da Grande Florianópolis – (Marcos Vinícius Borges – OAB/SC 20.210)	Associações de classe, associações profissionais, sindicatos, federações e confederações	Jurídico
16:41 – 17:09 Sexto painel	Min. Raul Araújo (Presidente); Min. Paulo de Tarso Sanseverino; Min. Antonio Carlos Ferreira Moura Ribeiro Min. Ricardo Villas Bôas Cueva;	SINDUSCON-RN – Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Rio Grande do Norte (Gabrielle Trindade Moreira de Azevedo – OAB/RN 9.679)	Associações de classe, associações profissionais, sindicatos, federações e confederações	Jurídico
		IPDCON – Instituto Potiguar de Defesa dos Consumidores (Everton Medeiros Dantas - OAB/RN 8.357)	Associações de defesa de direitos / organizações não governamentais	Jurídico
17:10 – 17:35 Sétimo painel	Min. Ricardo Villas Bôas Cueva (Presidente); Min. Paulo de Tarso Sanseverino;	SECOVI-SP – Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e	Associações de classe, associações profissionais, sindicatos, federações e confederações	Jurídico

		Comerciais de São Paulo (Luiz Rodrigues Wambier – OAB/PR 7.295)		
		SECOVI (DF, RJ, PE, MG, RN, BA, GO, DF, PR, PB, MS, MT, SC, Florianópolis e Tubarão) (Marcelo Terra – OAB/SP 53.205)	Associações de classe, associações profissionais, sindicatos, federações e confederações	Jurídico
17:37 – 18:04 Oitavo Painel	Min. Paulo de Tarso Sanseverino;	ABRAMI-DF - Associação Brasiliense dos Advogados do Mercado Imobiliário (Cláudio Augusto Sampaio Pinto – OAB/DF 14.294)	Associações de classe, associações profissionais, sindicatos, federações e confederações	Jurídico
		Federação Nacional Fenacional Dos Corretores De Imóveis – FENACI. (Joaquim Antônio Mendonça Ribeiro) (Conforme decisão de 03/05/2016)	Associações de classe, associações profissionais, sindicatos, federações e confederações	Técnico (corretor imobiliário)
18:06 – Encerramento				

QUADRO-RESUMO – AUDIÊNCIA PÚBLICA EPI – TRF DA 4ª REGIÃO				
Painel	Desembargadores presentes	Expositores	Classificação	Perfil
(i) exposições sobre engenharia e segurança do trabalho;	Desembargadores Federais: Paulo Afonso Brum Vaz (relator do caso); Celso Kipper; Jorge Antonio Maurique; Fernando Quadros; Juiz Federal: José Antonio Savaris;	Ministério Público do Trabalho da 4ª Região (Jane Rosa Rodrigues Escobar, Analista de Engenharia de Segurança do Trabalho, Chefe do Setor de Perícias)	Ministério Público (do Trabalho)	Técnico
		CREA-RS e CREA-PR (Nelson Agostinho Burille, Engenheiro de Segurança do Trabalho)	Associações de classe, associações profissionais, sindicatos, federações e confederações	Técnico
		CREA-PR (Alfredo Somorovsky, Engenheiro de Segurança do Trabalho)	Associações de classe, associações profissionais, sindicatos, federações e confederações	Técnico
(ii) exposições sobre medicina do trabalho;	Desembargadores Federais: Paulo Afonso Brum Vaz (relator do caso); Celso Kipper; Jorge Antonio Maurique; Fernando Quadros; Juiz Federal: José Antonio Savaris;	INSS (Rosileide Tavares Soares, Coordenadora de Perícias Médicas da Diretoria de Saúde do Trabalhador)	Órgãos da Administração Pública	Técnico
		Secretaria Estadual da Saúde do RS (Maria Carlota Borba Brum Médica do Trabalho, representando CEREST Estadual/RS)	Órgãos da Administração Pública	Técnico
		Parte pessoa física (Helio Gustavo Alves, procurador de Silvionei Stahnke - suscitante)	Parte individual	Jurídico

(iii) fiscalização do trabalho.	Desembargadores Federais: Paulo Afonso Brum Vaz (relator do caso); Celso Kipper; Jorge Antonio Maurique; Fernando Quadros; Juiz Federal: José Antonio Savaris;	Ministério do Trabalho (Jeferson Seidler, Médico do Trabalho, Assistente Técnico do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho)	Órgãos da Administração Pública	Técnico
		Ministério Público do Trabalho da 4ª Região (Gilson Luiz Laydner De Azevedo)	Ministério Público (do Trabalho)	Jurídico
		Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário – IBDP (Diego Henrique Schuster)	Associações de defesa de direitos / organizações não governamentais	Jurídico
Encerramento				

QUADRO-RESUMO – AUDIÊNCIA PÚBLICA CRÉDITO CONSIGNADO – TJ/MA				
Painel	Desembargadores presentes	Expositores	Classificação	Perfil
Painel único	Des. Jaime Ferreira Araújo;	Banco Itaú Consignado S/A (Luiz Rodrigues Wambier – O B/PR 7.295 e Patrícia Carla de Deus Lima – OAB/PR 28.277);	Empresas, sociedades limitadas ou anônimas	Jurídico
		Febraban (Ricardo Luiz Blundi Sturzenegger – OAB/DF nº 19.535)	Associações de classe, associações profissionais, sindicatos, federações e confederações	Jurídico
		ABBC - Associação Brasileira de Bancos (Djalma Silva Júnior – OAB/SP nº 368.437)	Associações de empresas	Jurídico
		Banco do Brasil S/A (Aloísio Henrique Mazzarolo – OAB/TO nº 5239-B e Márcio Diógenes Pereira da Silva – OAB/MA nº 9.318)	Empresas, sociedades limitadas ou anônimas	Jurídico
		Raimundo Matias de Sousa (Renato Dias Gomes, advogado)	Parte individual	Jurídico
		PROCON/MA (Hildélis Silva Duarte Júnior – Presidente)	Órgãos da Administração Pública	Jurídico
		JOÃO PAULO MARTINS (Thiago Sereno Furtado – OAB/MA nº 10.512)	Parte individual	Jurídico
		CONSULPREV (Luiz Valdemiro Soares Costa – OAB/MA nº 9.487-A)	Parte individual	Jurídico
		FACAM – Faculdade do Maranhão e SOMAR – Sociedade Maranhense de Ensino Superior Ltda. (Pedro Augusto Souza de Alencar – OAB/MA nº 7.937)	Empresas, sociedades limitadas ou anônimas	Jurídico
		Ordem dos Advogados do Brasil Seccional/MA (Thiago Roberto Morais Diaz, OAB/MA nº 7614)	Associações de classe, associações profissionais, sindicatos,	Jurídico

			federações e confederações	
		Grupo Banco Bradesco S/A, Banco Bradesco S/A E Banco Bradesco Financiamentos S/A (Alberico Eugênio da Silva Gazzineo – OAB/SP nº 272.393)	Empresas, sociedades limitadas ou anônimas	Jurídico
Encerramento				